# EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2021 MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 FORMA DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO

A Prefeitura Municipal de Pirajuba, através da Secretaria de Compras e Licitação, situada a Praça José Moisés Miziara Sobrinho, 10, na cidade de Pirajuba (MG), convida essa conceituada empresa a participar do presente certame Licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA** **nº. 002/2021**, usando o critério de julgamento do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, o qual será processado e julgado em consonância com a legislação pertinente, em especial pelo § 1º, do art. 37, da Constituição da República de 1988, pela Lei Federal nº. 12.232/10 e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93 c/c suas alterações e ainda, pelas cláusulas e condições deste edital e seus anexos e, também, pelas normas que regem a atividade de publicidade e propaganda, em especial, a Lei nº 4.680, de 18.06.65, o Decreto Federal nº 57.690, de 01/02/66 e Normas Padrão CENP.

**RETIRADA DOS ENVELOPES PADRONIZADOS (ENVELOPE N º 01 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIO - NÃO IDENTIFICADO/APÓCRIFO)**

**LOCAL: Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Pirajuba, situada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº 10, Centro, CEP: 38.210-000.**

**DATA: 07 E 08 DE JULHO DE 2021**

**HORÁRIO: DAS 09:00 AS 11:30 E DAS 13:00 AS 17:00 HORAS**

**ENTREGA DOS ENVELOPES “PROPOSTA TÉCNICA” E “PROPOSTA DE PREÇO”**

 **LOCAL: Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Pirajuba, situada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº 10, Centro, CEP: 38.210-000.**

**DATA: 09 DE JULHO DE 2021**

**HORÁRIO: até as 09h00 (nove horas)**

**ABERTURA DOS ENVELOPES “PROPOSTA TÉCNICA”:**

**LOCAL: Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Pirajuba, situada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº 10, Centro, CEP: 38.210-000.**

**DATA: 09 DE JULHO DE 2021**

**HORARIO: as 09h00 (nove horas)**

**ABERTURA DOS ENVELOPES “PROPOSTA DE PREÇOS”:**

**LOCAL: Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Pirajuba, situada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº 10, Centro, CEP: 38.210-000.**

# HORARIO: DATA A SER DESIGNADO PELA CPL

**SOMENTE DAS EMPRESAS CLASSIFICADAS NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA.**

**ENTREGA DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

 **LOCAL: Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Pirajuba, situada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº 10, Centro, CEP: 38.210-000.**

**DATA A SER DESIGNADA PELA CPL**

**SOMENTE DAS EMPRESAS CLASSIFICADAS NO JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO.**

**- DO OBJETO:**

**1.1** - A licitação tem como objeto a “**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, E DEMAIS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, COMPREENDENDO ESTUDO, CONCEPÇÃO, EXECUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE CAMPANHAS E PEÇAS PUBLICITÁRIAS; DESENVOLVIMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES PROMOCIONAIS, ELABORAÇÃO DE MARCAS, PESQUISAS, EXPRESSÕES DE PROPAGANDA E OUTROS ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL.**

**1.2** - Os serviços compreenderão o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação.

**1.3** - Os serviços que compõem esta Licitação serão prestados aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, integrando 01 (um) único grupo, cujos serviços a serem contratados serão objeto de Ordens de Serviço Específicas.

**1.4** - Nas contratações de serviços de publicidade, poderão ser incluídas como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I - Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3o da Lei 12.232/2010;

II - À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - À criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

**1.5** - As pesquisas e avaliações previstas no item 1.4 terão a finalidade específica de aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato.

**1.6** – A Agência atuará por conta e ordem da Prefeitura Municipal de Pirajuba, em conformidade com o artigo 3º da lei 4.680/65 e Decreto 57.690/66 na contratação de:

* 1. Fornecedores de serviços de produção especializados ou não, necessários à execução técnica das peças, campanhas, materiais e demais serviços conexos;
	2. Veículos e outros meios de divulgação para a compra de tempo e espaço publicitários, sem qualquer restrição de mídia.

# 2 - DOS VALORES E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**2.1** - O valor de contratação dos serviços que são objeto desta Licitação está estimado em **R$120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS),** para um período de até 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

**2.2** - As despesas decorrentes da execução do Contrato para o exercício de 2021 correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Município, e a correspondente ao ano de 2021, a seguir especificadas:

 ATIVIDADES DA CHEFIA DE GABINETE ESTR. DE APOIO

 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DO MEIO AMBIENTE

 ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURÍDICA

 ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMIN. DA FAZENDA

 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO/TESOURARIA

MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

ATIVIDADE DIRETA DA DIVISAO DE OBRAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE DE TRANSPORTE ESCOLAR

 PROMOÇÃO DE CARNAVAL POPULAR

MANUTENÇÃO DE FESTAS CULTURAIS

MANUTENÇÃO DE ATIV. SEC. DE SAÚDE

FUNC. DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

MANUTENÇÃO DA SEC. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

FUNC. DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ATIVIDADE DE DESPORTO NO MUNÍCIPIO

ATIVIDADE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNÍCIPIO

**2.3** - A execução dos serviços será remunerada originalmente da forma abaixo, ainda não levando em consideração o eventual desconto concedido pelos licitantes, na forma apresentada no Anexo III, da “Proposta de Preços”, referentes aos custos internos relativos aos trabalhos desenvolvidos pela licitante contratada.

**2.4** - Pelo “desconto padrão de agência” de 20% (vinte por cento) sobre as veiculações efetivadas, incidente sobre o valor da mídia efetivamente negociada, pago à licitante a ser contratada, pelos Veículos de Comunicação.

**2.5** - Pela taxa de 15% (quinze por cento) sobre custos de produção realizada tecnicamente por terceiros, fornecedores de bens e/ou serviços decorrentes do estudo, acompanhamento ou de criação intelectual da Agência contratada.

**2.6** - Pela taxa de 10% (dez por cento) sobre os custos de produção realizada por terceiros, fornecedores de bens e/ou serviços, quando a responsabilidade da Agência se limitar exclusivamente à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.

**2.7** – Os percentuais supracitados, serão inalteráveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, inclusive no caso de eventuais prorrogações.

# 3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1** - Poderão participar da presente Licitação empresas especializadas legalmente estabelecidas no País, do ramo de atividade de publicidade e propaganda, que satisfaçam os requisitos do art. 3º da Lei Nº 4.680, de 18/06/65, artigo 6º do Decreto 57.690/66, que tenham certificado de qualificação técnica de funcionamento, em vigor quando da apresentação dos envelopes e que cumpram integralmente os requisitos deste Edital.

**3.2** - Não serão admitidos interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

1. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de

Pirajuba;

1. Sejam declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
2. Estejam sob regime de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
3. Todos aqueles casos proibidos pela legislação vigente;
4. Possuam proprietário titular de mandato eletivo, ou seja, servidor público no município de Pirajuba;
5. Estejam descumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição

Federal;

1. Reunidas sob qualquer forma de consórcio;
2. Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal 8.666/93;
3. Estrangeiras, sem sede no País;
4. Não certificadas pelo Conselho executivo das Normas Padrão;

l) Não filiadas ao Sindicato de Agência e Propaganda do Estado de Minas Gerais ou pela ABAP- Associação Brasileira de Agência de Propaganda.

**3.3** - O representante da licitante, para participação nesta Licitação, deverá estar munido de sua carteira de identidade e carta de credenciamento que lhe permita assinar documentos e tomar decisões, inclusive, quanto à desistência de recursos, conforme modelo constante do Anexo I deste Edital, com firma reconhecida em cartório de notas, ou por instrumento público de procuração. Caso o representante na licitação seja sócio com poderes para representar a sociedade será dispensado o reconhecimento de firma. Poderão as licitantes substituir seu representante, desde que em conformidade com o aqui requerido. A não apresentação do credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de se manifestar e responder em nome da empresa.

**3.4** - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível no site [www.pirajuba.mg.gov.br/licitações](http://www.pirajuba.mg.gov.br/licita%C3%A7%C3%B5es), ou poderá ser retirado na Secretaria Municipal de Compras e Licitações da Prefeitura, localizada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº. 10 – Centro, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas – Fone: (34) 3426-0100.

**3.5** - Pedidos de impugnações deverão ser protocolados na Secretaria Municipal de Compras e Licitações da Prefeitura em até 02 (dois) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes e serão respondidos em até 3 (três) dias úteis da data de seu efetivo recebimento (art. 41, § 2º, Lei 8.666/93).

**3.5.1** - Os esclarecimentos ao Edital deverão ser encaminhados pelo e-mail compraspirajuba2013@hotmail.com aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, que responderá através de endereço eletrônico, fax, em mensagem acessível a todos os interessados.

**3.5.2** - Serão disponibilizadas, além das respostas, outras informações que a Comissão Permanente de Licitação julgar importantes, razão pela qual os interessados no certame devem consultar o sítio acima citado, com frequência.

**3.5.3 –** Não serão reconhecidas as impugnações enviadas por meio eletrônico, por exemplo, e-mail, fax e similares ou entregues em local adverso ao indicado no item 3.5.

**3.6** - A apresentação das propostas na Licitação será considerada como evidência de que o licitante examinou completamente o Edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve da Comissão Permanente de Licitação todas as informações satisfatórias sobre quaisquer pontos duvidosos, e que considera que o caderno desta Licitação lhe permitiu preparar as propostas de maneira completa e totalmente satisfatória.

# 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

**4.1.** A Prefeitura Municipal de Pirajuba não se responsabiliza por envelopes “Proposta Técnica” e “Proposta de Preços”, entregues em local diverso da sala da CPL, onde se deve promover o devido protocolo e que, por isso, não cheguem na data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório, valendo como horário oficial para este certame o de Brasília – DF.

**4.2.** No ato da entrega dos envelopes com Proposta Técnica e Proposta de Preço, o (a) representante da licitante apresentará à Comissão Permanente de Licitação documento que o credencie a participar deste certame, juntamente com seu documento de identidade de fé pública. A ausência do documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação, mas ele(a) ficará impedido(a) de praticar qualquer ato durante o procedimento licitatório.

**4.2.1.** Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio da carta de credenciamento e de procuração publica com firma reconhecida em cartório ou assinado pela representante legal por certificado digital, no qual dê ao outorgado plenos poderes para praticar os atos administrativos inerentes ao processo licitatório acima referenciado, conforme modelo deste edital.

**4.2.2. Caso a licitante opte por realizar a assinatura da procuração por certificado digital o mesmo deverá obedecer aos critérios da ICP Brasil.**

**4.3.2.** Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio(a) ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do(a) sócio(a) e os poderes para representá-lo(a), ou cópia da ata da assembleia de eleição do(a) dirigente, autenticada em cartório ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão Permanente de Licitação ateste sua autenticidade.

**4.4.** Todos os documentos contidos nos envelopes que não forem certidões ou cópias de atos deverão ser datilografados ou digitados com clareza, em papel timbrado ou carimbo padronizado, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

**4.5.** Sob pena de inabilitação, a documentação contida nos respectivos envelopes, somente será aceita em língua portuguesa ou em idioma estrangeiro, se acompanhada da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, devidamente consularizado no local de emissão ou registrado no Cartório de Títulos e Documentos. Os documentos emitidos no estrangeiro, porém, em língua portuguesa, deverão, também, ser apresentados devidamente consularizados no local de emissão ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**4.6.** Uma vez entregues, não serão considerados cancelamentos, retificações, alterações, ou acréscimos de novas documentações, somente sendo aceitos os documentos acondicionados nos respectivos envelopes.

**5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO**

**5.1** - Os interessados deverão protocolar na Seção de Licitação da Prefeitura, localizada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº 10 - Centro, na Sede da Prefeitura Municipal de Pirajuba, perante a Comissão Permanente de Licitação, 04 (quatro) envelopes opacos e devidamente lacrados rubricados no seu fecho (exceto o envelope nº 1 retrocitado, que deve ser apenas lacrado), devendo obedecer às disposições abaixo:

**5.1.1** – Os participantes deverão retirar os envelopes (somente para o envelope 01 Plano de Comunicação Publicitário – não identificado) padronizados na secretaria de compras e licitações nos dias 07 e 08 de julho de 2021 entre os horários das 09:00 horas até as 11:30 horas e das 13:00 horas até as 17:00 horas.

# a) ENVELOPE N º 01 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIO - NÃO IDENTIFICADO/APÓCRIFO LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 - PA/ PMP/CPL/011/2021 OBJETO: “ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA”

**a.1)** Este envelope não poderá ser identificado, para preservar, até a abertura do envelope nº 02, o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia) sendo vedado à licitante apresentar em sua parte externa e em todo seu conteúdo, a colocação de qualquer tipo de símbolo, marca, nome ou outro meio qualquer que a identifique. Os invólucros padronizados contendo a via não identificada do Plano de Comunicação só serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitação se não apresentarem rubrica, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante.

**a.2)** O Plano de Comunicação deverá ser datado no final da proposta, com páginas numeradas sequencialmente, em caderno único, impresso em papel branco, com espiral preto na margem esquerda, devendo ter capa (primeira página) e contracapa (última página) um papel A4 branco, sem impressão, marca, sinal ou qualquer outro, de modo que os cadernos antes de manuseio pela banca sejam visualmente indistinguíveis.

**a.3)** Os exemplos de peças relativos à Ideia Criativa, sem nenhuma identificação de sua autoria, devem também ser inseridos nesse caderno, o uso de simulações (mockups) que ajudem na exemplificação da proposta é permitido, desde que esses não possuam nenhuma marca, sinal ou qualquer outra menção que possibilite a identificação da licitante. Todas as peças apresentadas também deverão estar contidas no caderno único citado anteriormente citados e estarem contidos no envelope nº 01 sem identificação.

**a.4)** O Plano de Comunicação Publicitária - Não Identificado, deverá ser redigido em língua portuguesa – salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras, e ser elaborado da seguinte forma:

* Em papel A4, branco;
* Com espaçamento de 2 cm nas margens direita e esquerda, a partir da borda;
* Sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes, sendo esses permitidos apenas em tópicos e elementos cuja sinalização seja necessária para o entendimento da argumentação;
* A adição de linhas e espaçamento diferente do anteriormente citado é permitido antes ou depois de títulos, em quadros e tabelas;
* A utilização de negritos, grifos ou sinalizações que tenham objetivo de enfatizar a argumentação e proporcionar melhor entendimento da proposta também são permitidos, desde que, os mesmos não sejam predominantes e nem perfaçam algum tipo de identificação.
* Com textos justificados;
* Com espaçamento “simples” entre as linhas;
* Com texto em fonte “Arial”, tamanho 12 pontos;
* Com numeração em todas as páginas no canto inferior direito;
* Em caderno único, orientação vertical e com espiral preto no canto esquerdo;
* Sem identificação da licitante.

* 1. No trecho em que forem apresentadas as peças da Ideia Criativa, os textos podem variar tanto no sentido de aplicação, mudando a orientação caso necessário, como também podem ser posicionados em locais adequados no conjunto para que o material culmine num caderno único conforme citado anteriormente. Ou seja, a parte textual que seja necessária em explicações do conjunto criativo, assim como roteiros e similares podem ter as dimensões e aplicações necessárias para melhor organização dos argumentos e defesa da linha publicitária ora defendida.

* 1. As tabelas, gráficos e planilhas poderão ter fontes e tamanhos de fonte habitualmente utilizados nesses documentos, sendo permitido, inclusive, o uso de cores e formas cabíveis nesse contexto, desde que não contenham nenhum elemento que possibilite a identificação do proponente.

* 1. O Plano de Comunicação Publicitária – Não Identificado, não poderá conter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que permita a identificação de sua autoria.

* 1. Os exemplos de peças que integram a Ideia Criativa, do Plano de Comunicação Publicitária – Não Identificado, devem seguir recomendações do item a.3 anteriormente citado.
	2. Cópias dos orçamentos originais utilizados para distribuição da verba da campanha deverão ser inseridos no “envelope 2” junto à proposta via identificada para que seja aferida a veracidade dos números apresentados. Essa autenticação será feita pela CPL em momento apropriado não tendo a participação da comissão de avaliação. Os orçamentos deverão ser inseridos em papel timbrado da empresa cujo valor foi tomado como base para a composição do custo (fornecedora dos serviços, produtoras ou veículos), podendo ser também em outro tipo de planilha utilizada por esses fornecedores, desde que esse documento seja oficial e emitido pela empresa em questão e possibilite a posterior validação da comissão perante de licitação.

* 1. **A inobservância destas instruções acarretará a desclassificação da licitante**.

# b) ENVELOPE Nº 02 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA -IDENTIFICADO LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 - PA/ PMP/CPL/011/2021

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA” RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA PROPONENTE:**

**a.1)** O envelope nº 02 deverá ser providenciado pela proponente e, diferentemente do envelope 1, deverá ser identificado com timbre da empresa, devendo ainda ser inviolável quanto às informações e documentos nele constantes, até a data de sua abertura.

**a.2)** Sendo a réplica do invólucro 1, esse documento deverá conter o mesmo teor, exceto pelos exemplos de peças que não deverão ser inseridos nesse caderno. O Plano de Comunicação identificado também deverá ser redigido em língua portuguesa - salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente - com clareza, sem emendas ou rasuras, em papel contendo o timbre da empresa, endereço completo, número do telefone e e-mail, sendo porém a formatação do mesmo facultativa à proponente, já que os layouts dos papéis timbrados utilizados pelas empresas não obedecem especificamente aos padrões observados e obrigatórios na proposta não identificada e cuja a padronização é necessária para garantir o anonimato das autoras.

**a.3)** O Plano de Comunicação Publicitária – Identificado, sem os exemplos de peças da Ideia Criativa, deverá ser datado no seu final, assinado na última página e rubricado nas demais por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado.

**c) ENVELOPE Nº 03 – INFORMAÇÕES RELATIVAS À CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO DOS LICITANTES LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 - PA/PMP/CPL/011/2021**

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA” RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA PROPONENTE:**

**a.1)** O envelope nº 03 deverá ser providenciado pela proponente, devendo ainda ser inviolável quanto às informações e documentos nele constantes, até a data de sua abertura.

**a.2)** Neste caso, por se tratar de uma apresentação individual e identificada, desde que observe os parâmetros exigidos para avaliação, a formatação é de livre escolha pelos participantes, porém o mesmo deverá ser redigido em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente. Ao final ele deverá conter o endereço completo, número do telefone, e-mail e site quando existente, bem como termo de encerramento. O mesmo deve ser apresentado em “caderno único” cujo formato máximo permitido é A4, tendo o número de folhas limitadas a 35 (excetuando capa e contracapa), poderá ser confeccionado no papel cujo proponente achar mais apropriado, estando também livre a escolha do tipo de capa adotado para o documento, bem como o tipo de encadernação, desde que resulte num caderno único e permanente.

**a.3)** Os documentos acostados no envelope nº 3 não poderão ter informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que conste do Plano de Comunicação Publicitária – Não identificado, que permita a identificação da autoria desta, antes da abertura do envelope nº 02.

# d) ENVELOPE Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 - PA/PMP/CPL/011/2021

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA” RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA PROPONENTE:**

**a.1)** O envelope nº 04 deverá ser providenciado pela proponente, devendo ainda ser inviolável quanto às informações e documentos nele constantes, até a data de sua abertura.

**a.2)** Os documentos a serem inseridos neste envelope, Planilha de Preços e Declarações dos itens 7.1.2 e 7.1.3, deverão ser redigidos em língua portuguesa - salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente - com clareza, sem emendas ou rasuras, em papel contendo o timbre da empresa, endereço completo, número do telefone, e-mail e site quando existente; assinados por quem detenha poderes de representação legal da proponente, ou de seu procurador legalmente constituído, na forma de seus atos constitutivos.

**5.2 -** Os envelopes Nº 02, Nº 03 e Nº 04, deverão conter obrigatoriamente os documentos respectivos e citados neste edital, apresentados da seguinte forma:

1. - Em uma via no original, sem emendas ou rasuras.

1. – Assinados e datados na última página e rubricados em todas as folhas pelo Representante Legal da Empresa Licitante, ou de seu procurador legalmente constituído, observadas as exigências constantes nos Anexos e Modelos deste Edital.

1. **-** Numerados, sequencialmente, podendo o número vir ao lado direito e inferior da página, contendo ao final o Termo de Encerramento, com a paginação de início e término dos documentos contidos em cada envelope.

* 1. Os Envelopes Nº 01, Nº 02, Nº 03 e 04 serão entregues por representante da licitante, credenciado por meio de "Carta de Credenciamento" conforme modelo constante do Anexo I
		1. - No início da sessão, a Comissão Permanente de Licitação examinará as Cartas de Credenciamento e os documentos de identidade, retendo as primeiras para posterior juntada aos autos do processo licitatório.

* + 1. – Caso o preposto da licitante não seja seu representante legal ou estatutário, o credenciamento será feito por intermédio de procuração pública ou particular (esta com firma reconhecida e acompanhada dos documentos que comprovem a legalidade da outorga de poderes), com no mínimo os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo I.

* + 1. – A ausência de documento hábil de representação não impedirá o representante de participar da licitação e de entregar a documentação solicitada, mas ele ficará impedido de praticar qualquer ato durante o procedimento, até que seja apresentado o documento competente.

* + 1. – A documentação apresentada na primeira sessão de recepção dos envelopes, em conformidade com o solicitado nos itens deste, credencia o representante a participar das demais sessões. Na hipótese de substituição do representante no decorrer do processo licitatório, deverá ser credenciado novo representante, nos mesmos termos acima.

* + 1. - Os integrantes da subcomissão técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as propostas técnicas e de preços.

* + 1. - Os documentos de habilitação serão apresentados apenas pelas licitantes classificadas no julgamento final das propostas.

# 6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos de habilitação, Envelope nº 5, serão apresentados apenas pelos licitantes classificados no julgamento final das propostas, nos termos do inciso XI do art. 11 da Lei 12.232/2010.

6.1 – A contratação da licitante vencedora nos quesitos julgamento técnico e de preços, somente se fará mediante a apresentação completa dos documentos (em vigor na data da sessão de sua análise), em cópias autenticadas por tabelionato de notas, a seguir descritos:

## 6.3 - DOCUMENTO

Declaração de aceitação das condições deste Edital, e de submissão às exigências legais, bem como de responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentadas, conforme Modelo constante no Anexo II, deste Edital.

# DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA

## 6.4 – DOCUMENTO HABILITAÇÃO JURIDICA

1. – Cédula de identidade ou CNH dos representantes legais da licitante;
2. - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado nos órgãos competentes (junta comercial ou cartório de registro de pessoas jurídicas) acompanhada de suas alterações ou apresentada em sua forma consolidada, emse tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
3. - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
4. - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
5. - Certificado de Registro no Conselho Executivo das Normas Padrão – CENP.
6. – Certificado de sindicalização junto ao SINAPRO/MG ou junto à ABAP, juntamente com o comprovante de pagamento.

5.2.1– Os documentos acima citados deverão ter dentre seus objetivos sociais as atividades típicas e exclusivas da propaganda e como tal definidas na Lei 4.680/65, no seu Decreto Regulamentador Nº 57.690/66.

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL:**

**6.5 - DOCUMENTO**

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda.

## 6.6 - DOCUMENTO

Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente a seu ramo da atividade e compatível com o objeto da Licitação.

## 6.7 - DOCUMENTO

Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, apresentada conforme abaixo:

Fazenda Federal: “Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União”, emitida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Fazenda Estadual: “Certidão Negativa de Débito ou equivalente emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

Fazenda Municipal: “Certidão Negativa de Débito ou equivalente emitida pelo município sede ou domicílio da licitante.

## 6.8 - DOCUMENTO

Prova de regularidade relativa à:

**6.8.1** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.8.2** - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

## 6.9 - DOCUMENTO

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.9.1 - As empresas recém constituídas que não completaram um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de constituição, assinado por profissional legalmente habilitado e apresentado na forma da lei.

6.9.2 – O proponente que for cadastrado no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Pirajuba, na linha de Serviços Técnicos Especializados de Publicidade e Propaganda e estiver em situação regular, poderá apresentar, em complemento à documentação solicitada para a contratação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC).

6.9.3 - Considerar-se-á comprovada a boa situação financeira da Empresa Licitante, desde que a mesma apresente o Índice de Liquidez Corrente (ILC) maior ou igual a 1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula: **ILC = AC: PC ONDE:**

**ILC = Índice de Liquidez Corrente AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante**

## 6.10 - DOCUMENTO

Comprovação do licitante de que o Capital da Empresa de até a data de abertura da Licitação, **10% do valor orçado para este certamente** através da apresentação de cópia autenticada do Contrato Social ou últimaAlteração Contratual consolidada devidamente registrada na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

## 6.11 - DOCUMENTO

Cópia da Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor dasede da pessoa jurídica há menos de 60 dias (sessenta) da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

## 6.12 – DOCUMENTO DECLARAÇÕES

A licitante deverá apresentar expressamente declaração de que: não está impedida de contratar a Administração Pública, Direta e Indireta; que não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera; que não existe fato impeditivo da habilitação; que não possui proprietários titulares de mandato eletivo e que não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.

## 6.13 – DOCUMENTO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL

Para comprovar a capacidade de atendimento a proponente deverá apresentar atestados de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características similares aos serviços que serão executados para a Prefeitura. Serão admitidos atestados de clientes ou fornecedores dentro do mesmo segmento, desde que os mesmos comprovem por meio de declaração a capacidade da pleiteante em desenvolver, produzir e acompanhar as demandas relativas ao presente objeto. Os documentos precisam ser em papel timbrado, conterem carimbo e também assinatura de representante da declarante.

**6.14** - Os documentos jurídico-fiscais e econômico-financeiros que dependem de prazo de validade, e que não o contenha especificado em seu corpo, em Lei ou neste Edital, somente serão considerados aceitáveis se expedidos, no máximo, até 90 (noventa) dias anteriores à data de assinatura do Contrato.

# 7 - DA PROPOSTA TÉCNICA

A Proposta Técnica deverá ser apresentada nos Envelopes “1”, “2” e “3” na forma prevista no item 4 e subitens, e deverá atender os requisitos abaixo:

## 7.1. – PLANO DE COMUNICAÇÃO NÃO IDENTIFICADO/APÓCRIFO - ENVELOPE “1”

**7.1.1. -** Para efeito de avaliação a licitante deverá apresentar uma campanha simulada de acordo com o Projeto Básico (Briefing), com verba de até R$ 12.000,00 (doze mil reais) e duração de 30 (trinta) dias.

**7.1.2** - O “Plano de Comunicação – Não Identificado/Apócrifo” deverá ser apresentado em envelope que NÃO identifique a licitante, nem mesmo em seu conteúdo, na forma do item 5 e seus subitens, deste Edital, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigido em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras, utilizando fonte Arial tamanho 12 (doze) e seguindo todas as recomendações anteriormente feitas. Todas as peças componentes dessa proposta deverão estar contidas em caderno único, impressos em papel a4 branco, com orientação vertical, com folha de rosto branca e contracapa também branca, com espiral preto em sua lateral esquerda e formatado seguindo todas as recomendações.

**7.1.3** - O “Plano de Comunicação” consistirá em quatro quesitos, a saber:

**7.1.4** - PLANO DE COMUNICAÇÃO desenvolvido pela licitante com base no Anexo III deste Edital - Projeto Básico (briefing), que deverá compreender os seguintes subquesitos:

1. - Raciocínio Básico: texto em até 05 (cinco) laudas, em que a licitante demonstrará seu entendimento sobre as informações apresentadas no Briefing;

1. **- a)** Estratégia de Comunicação Publicitária: texto em até 05 (cinco) laudas, em que a licitante apresentará e defenderá o conceito e o partido temático que, de acordo com o seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução do problema específico de comunicação e defenderá essa opção;

**b)** Apresentará e defenderá os principais pontos de estratégia de comunicação publicitária sugerida para a solução do problema específico de comunicação, especialmente o que dizer, a quem dizer, quando dizer e que instrumentos, ferramentas e meios de divulgação utilizar.

**III** - Ideia criativa:

1. Texto em que a licitante se limitará a apresentar a estratégia de comunicação publicitária, expressa sob a forma de uma mensagem, que pode ou não conter um slogan passível de ser utilizado em ações de comunicação da Prefeitura Municipal de Pirajuba.
2. Como parte do quesito Ideia Criativa, a licitante apresentará campanha publicitária com exemplos de peças que representem o conceito defendido e o porquê ele é adequado para atender os objetivos de comunicação preconizados no briefing. A proposta precisa atender as necessidades apresentadas, levando em consideração todas as características da comunicação pública. Os exemplos de peças podem ser apresentados sob a forma de roteiro, layout, story-board, exemplos de peças digitais em formato de feed, storie, reels ou qualquer outro que a proponente julgue adequado, dentre outros que tenham eficácia e atendam todas as legislações vigentes do setor. Poderão ser apresentadas até 5 peças que poderão ser desdobradas perfazendo kits de mídia. Como exemplo, caso o proponente considere em sua proposta a utilização de posts para redes sociais ele poderá apresentar até 5 variações dentro do segmento de mídia em questão, perfazendo o conjunto de posts uma peça única. Para ser considerado um kit as peças precisam ser derivações, mantendo o conceito base e o partido temático, contendo variações de textos, fotos e até outros elementos, desde que, analisando toda a proposta os subitens sejam entendidos como “VARIAÇÕES” e não como propostas distintas.
3. Para efeito de apresentação dos layouts integrantes da ideia criativa, cujo limite são 5 peças, que podem ser derivadas em kits, não serão consideradas variações ou kits, peças que:

I – Figurem entre veículos diferentes;

II – Não compartilhem do mesmo partido temático (conceito);

III – Sejam produzidos por fornecedores diferentes para sua execução;

IIII – Apresentem linhas visuais divergentes e que configurem propostas múltiplas.

**IV** - Estratégia de Mídia e Não Mídia - constituída de:

1. Texto com até 03 (três) laudas escritas (sem contar as artes) em que, de acordo com as informações do Briefing, demonstrará capacidade para atingir os públicos prioritários da campanha (na elaboração das tabelas, planilhas e gráficos integrantes do plano de mídia e não mídia, os proponentes poderão utilizar as fontes tipográficas que julgarem mais adequadas para sua apresentação, a inclusão de tabelas não serão computadas no total de laudas mencionado no Plano de Comunicação).
2. Simulação de plano de distribuição das peças da campanha publicitária mencionada na alínea “b” do quesito Ideia Criativa, acompanhada de texto de até 03 (três) laudas com a explicitação das propostas adotadas, valores de produção e de veiculação e mais suas justificativas. Da simulação deverá constar um resumo geral com informações sobre, pelo menos: o período de veiculação; os valores (absolutos e percentuais) dos investimentos alocados em mídia, separadamente por meios; e os valores (absolutos e percentuais) alocados na produção de cada peça, separadamente, de mídia e de não mídia.
3. No caso de não mídia, no resumo geral também deverão ser explicitadas as quantidades a serem produzidas de cada peça.

1. Na simulação do plano de distribuição de peças previstas na letra “b” do item acima:

**d 1)** Os preços de mídia devem ser os de tabela cheia dos veículos;

**d 2)** Deve ser desconsiderado o repasse do desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/65;

**d 3)** Não devem constar na distribuição de investimento os custos internos de produção de campanha;

**d 4)** Custos com produção de áudio e vídeo, captações internas ou externas, programação de websites ou landing pages, locação de plataformas de captação de leads ou para qualquer outra finalidade de propagação serão consideradas despesas de campanha e a sua omissão poderá impactar na perda de pontuação ou em situações extremas onde se configure a omissão uma tentativa de vantagem indevida sobre os demais concorrentes, até a desclassificação.

1. Poderão ser citadas como soluções de mídia e não mídia os espaços públicos pertencentes ao município, como por exemplo, websites, páginas em redes sociais, entre outros. Em contraponto a isso, mesmo que fixado em locais públicos, se propor qualquer tipo de mídia out off home que tenha a necessidade de estrutura para a sua fixação, os custos de locação ou confecção necessitarão ser mencionados nas despesas de campanha estando submetidos ao orçamento base designado para essa promoção.

## 7.2 - DO PLANO DE COMUNICAÇÃO – IDENTIFICADO – ENVELOPE “2”

O Envelope “2” deverá ser apresentado conforme item 5.1 letra “b” deste com data e assinatura na última página e rubrica nas demais, o mesmo deve estar documentado em papel com timbre da empresa proponente, no formato A4, podendo ser acrescido de capa, ter a forma de fixação estabelecida pela proponente (espiral, wire-o, grampos, costura ou qualquer outro tipo). Ele deve ter o mesmo teor do envelope não identificado, mas sem os exemplos de peças relativos à ideia criativa. O proponente deverá manter o mesmo teor sem alterações, manter a tipologia e demais aspectos visuais contidos na via apócrifa, porém, por se tratar de uma via “identificada” não são prefixadas margens para que o teor se adeque ao padrão de comunicação da empresa proponente, não sendo, dessa forma, divergências de formatação pura e simplesmente como fator de desclassificação. Essa desclassificação só se dará com base no envelope 2 caso não seja possível vincular a autoria da produção por meio de comparação conforme determina a lei.

## 7.3 - DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, REPERTÓRIO E RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO– ENVELOPE “3”

A “capacidade de atendimento, o repertório e os relatos de soluções de problemas de comunicação” deverão ser apresentados na forma do item 5.1 letra “c” deste Edital, ter suas páginas numeradas sequencialmente, sendo apresentado em caderno único com orientação (vertical ou horizontal) a ser definido pela empresa proponente e em material que a proponente julgue adequado, tendo a sua dimensão limitada a formato A4 e o número de folhas limitadas a 35, excetuando capa e contracapa. O mesmo poderá ser entregue com o tipo de capa que o proponente julgar adequado facultando a ele também a escolha da gramatura da mesma, bem como do miolo. A fixação poderá ser feita por meio de espiral, wire-o ou costura, desde que o resultado dessa fixação seja um caderno único e inviolável, redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras.

**7.3.1 -** CAPACIDADE DE ATENDIMENTO: será feita mediante a apresentação de Declaração contendo os seguintes dados:

1. - Relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante, sejam eles clientes perenes ou sazonais, por contrato ou job, desde que o atendimento possa ser comprovado por meio de assinaturas em peças ou mesmo declaração. Deverá ser especificado o período de atendimento de cada um deles, bem como os respectivos ramos de atividades, produtos e serviços;
2. – A quantificação e a qualificação, sob a forma de currículo resumido (no mínimo, nome, formação e experiência), dos profissionais que serão colocados à disposição da execução do contrato, discriminando-se as áreas de atuação de cada membro dentro do contexto da comunicação;
3. - As instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução do contrato;
4. - A sistemática de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pela licitante, na execução do contrato, incluídos os prazos a serem praticados, em condições normais de trabalho, na criação de peça avulsa ou de campanha e na elaboração de plano de mídia;
5. - A discriminação das informações de comunicação e marketing que colocará regularmente à disposição da Prefeitura Municipal de Pirajuba sem ônus adicional, durante a execução do contrato.

**7.3.2-** REPERTÓRIO: apresentação de um conjunto de trabalhos, concebidos e veiculados/expostos pela licitante, sob a forma de peças e respectivas memórias técnicas, nas quais se incluirá indicação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver.

1. **-** Poderão ser apresentados até cinco kits de peças. Será considerado kit o conjunto de peças cujos desdobramentos são variações da mesma linha visual e utilizem o mesmo conceito, perfazendo dessa forma uma ideia única em forma de campanha. Para ser considerado campanha o exemplo precisa, além de preservar o mesmo conceito, podendo para tal serem utilizados desdobramentos que complementem a argumentação, manter uma similaridade visual e ser veiculado dentro de um ciclo de tempo de no máximo “12 meses”.
2. - Cada peça deverá conter ficha técnica com a identificação do cliente, título, período de veiculação/produção e menção do veículo que a divulgou ou da finalidade na qual foi destinado.
3. - As peças de vídeo, áudio ou web poderão ser fornecidas em DVD ou CD, podendo ainda o proponente inserir endereço web ou QR Code para que o conteúdo seja acessado em plataformas de uso comum e abertos como por exemplo VIMEO, Youtube, entre outros. As peças gráficas poderão ter as suas proporções reduzidas, desde que preservem suas dimensões originais.
4. - As peças apresentadas não podem referir-se a trabalhos solicitados e/ou aprovados pela Prefeitura Municipal de Pirajuba.

**7.3.3**. RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO: deverão ser apresentados até dois “cases” veiculados, expostos ou implementados por meio de produção, criação ou consultoria especializada dentro do contexto de comunicação e marketing. Os cases precisam conter a assinatura do cliente, identificando cargo e nome do declarante. Poderão ser utilizadas tantas páginas quanto o proponente julgar necessário, podendo ainda conter ou não exemplos de peças conforme o entendimento do autor, desde que sejam mantidos em caderno único, respeitando o limite total de páginas citados no item “6.3 A”, obedeçam às dimensões já estipuladas no presente edital e contemplem as demais orientações. Não é vetado nenhum tipo de mídia, desde sejam devidamente referendadas pelos clientes e lícitas, no que tange a legislação do país, e não tenham nenhum vínculo direto com a prefeitura ou qualquer outro departamento público da cidade de Pirajuba.

**7.3.4-** O envelope de nº 3, assim como os demais, deve ser inviolável até a abertura do mesmo.

**7.3.5-** A critério da Prefeitura Municipal de Pirajuba, as campanhas publicitárias da Proposta vencedora poderão ou não vir a ser produzidas e veiculadas, com ou sem modificações, na vigência do contrato.

### 8 - DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE “4”

**8.1**. A “Proposta de Preços” deverá conter os seguintes documentos, assinados por quem detenha poderes para representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificados e conforme item 5.1 letra “d”:

**8.1.1**. - PLANILHA DE PREÇOS SUJEITOS À VALORAÇÃO, devendo ser preenchida apenas com as informações constantes do Anexo V.

**8.1.2**. - DECLARAÇÃO NAS QUAIS A LICITANTE ESTABELECERÁ OS PERCENTUAIS

MÁXIMOS DE DESCONTO A SEREM PAGOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE

PIRAJUBA, indicando nome ou razão social do Licitante, número do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico - e-mail, bem como assinatura, nome do representante, CPF, identidade, domicílio e cargo na empresa:

**I -** A atores e modelos, sobre o cachê original, pelos direitos de uso de imagem e som de voz, na reutilização de peças por período igual ao inicialmente pactuado, entendido que o valor inicialmente contratado poderá ser repactuado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo a variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos;

**II -** Aos detentores dos direitos patrimoniais de uso de obras consagradas, incorporadas a peças, sobre o valor original da cessão desses direitos, na reutilização das peças por período igual ao inicialmente pactuado, entendido que o valor inicialmente contratado poderá ser repactuado tendo como parâmetros básicos os preços vigentes no mercado, aplicando-se, em tal caso, no máximo a variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, desde que decorrido pelo menos um ano da cessão original dos direitos;

**III -** Ao que trata o ITEM 7.1.2 deste edital, será observado pela licitante o maior desconto da Tabela SINAPRO do ano de 2020.

**8.1.3. - DECLARAÇÕES RELATIVAS À QUESTÃO DOS DIREITOS AUTORAIS, ESTABELECENDO:**

1. - A cessão, total e definitiva, dos direitos patrimoniais de uso das ideias (incluídos os estudos, análises e planos), peças, campanhas e demais materiais de publicidade, de sua propriedade, concebidos, criados e produzidos em decorrência do contrato que vier a ser firmado, sem qualquer remuneração adicional ou especial, mesmo após a vigência do contrato;

1. - O compromisso de - em todas as contratações que envolvam direitos de terceiros - solicitar de cada terceiro que vier a ser contratado dois orçamentos para execução do serviço, um de cessão de direitos por tempo limitado e outro de cessão total e definitiva de tais direitos, para que a Prefeitura Municipal de Pirajuba escolha uma das opções;

1. - Que - nos casos de cessão de direitos por tempo limitado - condicionará a contratação de serviços com terceiros por período mínimo de doze meses e que utilizará os trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos dentro dos limites estipulados no respectivo ato de cessão;

1. - O compromisso - quando a Prefeitura Municipal de Pirajuba optar pela execução dos serviços com a cessão total e definitiva - de fazer constar dos ajustes que vier a celebrar com terceiros, para a produção de peças e campanhas e a prestação de outros serviços, cláusulas escritas que:

* 1. Explicitem a cessão total e definitiva, por esses terceiros, do direito patrimonial de uso sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos autorais ou conexos, aí incluídos a criação, produção e direção, a composição, arranjo e execução de trilha sonora, as matrizes, os fotolitos e demais trabalhos assemelhados;
	2. Estabeleçam que a Prefeitura Municipal de Pirajuba poderá, a seu juízo, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato e mesmo após seu término ou eventual rescisão, sem que lhe caiba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

1. - Que considerará como já incluída no custo de produção qualquer remuneração devida a terceiros em decorrência da cessão de direitos, por tempo limitado ou total e definitiva.

1. - O compromisso de fazer constar, em destaque, em todos os orçamentos de produção de peças, os custos dos cachês, os de cessão de direito de uso de obra(s) consagrada(s) incorporada(s) à peça e os de cessão dos demais direitos.

1. - O compromisso de fazer constar dos respectivos ajustes que vier a celebrar com terceiros, nos casos de tomadas de imagens sob a forma de reportagens, documentários e outras, que não impliquem direitos de uso de imagem e som de voz, cláusulas escritas estabelecendo:

1. Que serão entregues à Prefeitura Municipal de Pirajuba uma cópia finalizada em CD e/ou DVD, de todo material produzido;

1. A cessão dos direitos patrimoniais de uso desse material a Prefeitura Municipal de Pirajuba, que poderá, a seu critério, utilizar referidos direitos, diretamente ou por intermédio de terceiros, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato a ser firmado e mesmo após o seu término ou eventual rescisão, sem que caiba a Prefeitura Municipal de Pirajuba qualquer ônus perante os cedentes desses direitos.

1. Que qualquer remuneração devida em decorrência dessa cessão será sempre considerada como já incluída no custo de produção.

1. O compromisso de sempre negociar as melhores condições de preço, até os percentuais máximos constantes das declarações referidas nos itens I e II do subitem 8.1.2. e 8.1.3, para os direitos de imagem e som de voz (atores e modelos) e sobre obras consagradas, nos casos de reutilizações de peças publicitárias da Prefeitura Municipal de Pirajuba.

* 1. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma exceção, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

* 1. A “Proposta de Preços” deverá conter declaração do prazo de validade, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

* 1. A prestação de informações inverídicas ensejara a desclassificação automática da proposta.

* 1. É facultado à Comissão, durante a fase de julgamento das propostas, o direito de solicitar esclarecimentos adicionais, bem como promover diligências a fim de assegurar o fiel cumprimento das condições propostas.

# 9 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**9.1 -** As Propostas Técnicas das licitantes habilitadas serão examinadas pela Subcomissão Técnica, que não poderá participar da sessão de recebimento e abertura dos envelopes 1 e 3, de caráter público, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

**9.2** - Serão levados em conta pela subcomissão técnica, como critério de julgamento técnico, os seguintes atributos da Proposta Técnica, em cada quesito ou subquesito:

## 9.2.1 - Plano de Comunicação

I - **Raciocínio Básico** - a acuidade de compreensão:

1. - Das características da Prefeitura Municipal de Pirajuba e das suas atividades que sejam significativas para a comunicação publicitária;

1. - Da natureza, da extensão e da qualidade das relações da Prefeitura Municipal de Pirajuba com seus públicos;

1. - Do papel da Prefeitura Municipal de Pirajuba no atual contexto social, político e econômico;

1. - Do problema específico de comunicação da Prefeitura Municipal de Pirajuba.

## II - Estratégia de Comunicação Publicitária

1. - Adequação do conceito e do partido temático proposto à natureza e à qualificação da Prefeitura Municipal de Pirajuba e a sua comunicação e/ou seu problema específico de comunicação;
2. - A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos;

1. - A riqueza de desdobramentos positivos desse conceito para a comunicação da Prefeitura Municipal de Pirajuba com seus públicos;
2. - A adequação da estratégia de comunicação proposta para a solução do problema específico de comunicação da Prefeitura Municipal de Pirajuba;
3. - Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta.

## III - Ideia Criativa

1. - Sua adequação ao problema específico de comunicação da Prefeitura Municipal de Pirajuba;

1. - A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta;

1. - A cobertura dos segmentos de público ensejada por essas interpretações;

1. - A originalidade da combinação dos elementos que a constituem;

1. - A simplicidade da forma sob a qual se apresenta;

1. - Sua pertinência às atividades da Prefeitura Municipal de Pirajuba e à sua inserção na sociedade;

1. - Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças apresentados;

1. - A exequibilidade das peças;

1. – A compatibilidade da linguagem das peças aos meios propostos.

## IV - Estratégia de Mídia e Não Mídia

1. - O conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos dos públicos prioritários;

1. - A capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos;

1. - A consistência do plano simulado de distribuição das peças;

1. - A pertinência da mídia escolhida, a oportunidade e a economicidade no uso de recursos próprios de comunicação da Prefeitura Municipal de Pirajuba;

1. - A economicidade da aplicação da verba de mídia evidenciada no plano simulado de distribuição de peças;

1. - A otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.

### 9.2.2 - Capacidade de Atendimento

1. - A adequação das qualificações à estratégia de comunicação publicitária proposta, considerada, nesse caso, também a quantificação dos quadros técnicos;

1. - A adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais disponíveis durante a execução do contrato e a qualificação dos profissionais que estarão à disposição para a execução do contrato;

1. - A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que serão colocadas regularmente à disposição da Prefeitura Municipal de Pirajuba, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

### 9.2.3 – Repertório

1. - A ideia criativa e sua pertinência;

1. - A clareza da exposição do problema publicitário.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUESITOS**  | **ASPECTOS AVALIADOS E PONTUAÇÃO MÁXIMA**  | **PONTUAÇÃO**  |
| **PLANO DE COMUNICAÇÃO**  |
| **1 - RACIOCÍNIO BÁSICO** Texto de até 5 laudas em que o licitante explicite seu conhecimento geral sobre a PMP e entendimento  | a) Das características da PMP e das suas atividades que sejam significativas para a comunicação publicitária. Máximo 5 pontos.  |   |
| b) Da natureza, da extensão e da qualidade das relações da PMP com seus públicos. Máximo 5 pontos.  |   |
| c) Do papel da PMP no atual contexto social, político e econômico. Máximo 5 pontos.  |   |
| d) Do problema específico de comunicação da PMP. Máximo 5 pontos.  |   |
| ***SUBTOTAL (MÁXIMO 20 PONTOS)***  |   |
| **2 - ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO** Texto de até 5 laudas em que o Licitante exponha o conceito que, de acordo com seu raciocínio básico, fundamentará a comunicação da PMP.  | a) Adequação do conceito proposto à natureza, qualificações e problemas da PMP, conforme briefing. Máximo 5 pontos.  |   |
| b) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em sua defesa. Máximo 5 pontos.  |  |
| c) A riqueza dos desdobramentos desse conceito para a comunicação da PMP com seus públicos. Máximo 4 pontos.  |  |
| d) Adequação da estratégia de comunicação proposta para a solução do problema específico de comunicação da PMP. Máximo 3 pontos.  |  |
| e) Consistência lógica e pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta. Máximo 3 pontos.  |  |
| ***SUBTOTAL (MÁXIMO 20 PONTOS)***  |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **3) IDEIA CRIATIVA** Síntese da estratégia de comunicação, expressa sob forma de redução de mensagem.  | a) Adequação ao problema específico de comunicação da PMP. Máximo 3 pontos.  |   |
| b) A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta, considerados os objetivos da PMP. Máximo 3 pontos.  |   |
| c) A cobertura dos segmentos de público contemplada por essas interpretações. Máximo 3 pontos.  |   |
| d) A originalidade da combinação dos elementos que a constituem. Máximo 3 pontos.  |   |
| e) A simplicidade da forma sob a qual se apresenta. Máximo 3 pontos.  |   |
| f) Sua pertinência às atividades desenvolvidas pela PMP. e sua inserção na sociedade. Máximo 1 ponto.  |   |
| g) Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças apresentadas. Máximo 1 ponto.  |   |
| h) A exequibilidades das peças. Máximo 2 pontos.  |   |
| i) A compatibilidade da linguagem das peças aos meios propostos. Máximo 1 ponto.  |   |
| ***SUBTOTAL (MÁXIMO 20 PONTOS)***  |   |
| **4 - ESTRATÉGIA DE**  **MÍDIA E NÃO MÍDIA**Texto de até quatro laudas em que a Licitante demonstre capacidade para atingir e sensibilizar os segmentos de público definidos no briefing  | a) Conhecimento dos hábitos de consumo dos segmentos de público prioritários. Máximo 3 pontos.  |   |
| b) Capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos. Máximo 3 pontos.  |   |
| c) Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação às duas alíneas anteriores. Máximo 3 pontos.  |   |
| d) Pertinência da mídia escolhida, oportunidade e economicidade no uso dos recursos próprios de comunicação da PMP. Máximo 3 pontos.  |   |
| e) Economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças. Máximo 2 pontos.  |   |
| f) Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa. Máximo 1 ponto.  |   |
| ***SUBTOTAL (MÁXIMO 15 PONTOS)***  |   |
| **CAPACIDADE DE ATENDIMENTO**  |
| Avaliação da qualificação e quantificação dos profissionais disponibilizados para a execução do contrato; infraestrutura e recursos materiais e atendimento de prazos para execução das obrigações contratuais.  | a) Avaliação de equipe no aspecto de diversidade de profissionais, formação e qualidade técnica individual e coletivo apresentado por meio de currículo resumido.Máximo 4 pontos.  |   |
| b) Adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais disponíveis durante a execução do contrato. Máximo 2 pontos.  |   |
| c) A relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação que serão colocadas regularmente à disposição da PMP, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato. Máximo 1 ponto.  |   |
| d) Histórico de atendimento de outras empresas. Máximo 3 pontos.  |  |
| ***SUBTOTAL (MÁXIMO 10 PONTOS)***  |   |
| **REPERTÓRIO**  |
| Histórico de portfólio apresentado por meio de peças ou kits.  | a) Ideia criativa e sua pertinência. Máximo 2 pontos.  |   |
| b) Clareza da exposição do problema publicitário. Máximo 2 pontos.  |   |
| c) Consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução. Máximo 2 pontos.  |   |
| d) Relevância dos resultados apresentados. Máximo 2 pontos.  |   |
| e) Consistência do conjunto apresentado neste item, analisando execução, amplitude e contexto. Máximo 2 pontos.  |   |
| ***SUBTOTAL (MÁXIMO 10 PONTOS)***  |   |
| **RELATOS DE SOLUÇÕES DE PROBLEMAS DE COMUNICAÇÃO**  |
| Análise de cases e relatos devidamente referendados pelos contratantes. | a) Ideias apresentadas e lógica. Máximo 1 ponto.  |   |
| b) Evidência de planejamento publicitário. Máximo 1 ponto.  |   |
| c) Consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução. Máximo 2 pontos.  |   |
| d) Relevância dos resultados apresentados. Máximo 1 ponto.  |   |
| SUBTOTAL (MÁXIMO 5 PONTOS)  |   |
| **TOTAL (MÁXIMO DE 100 PONTOS)**  |   |

# TOTAL DA PONTUAÇÃO 100

**9.3.1 -** A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão concedida à Proposta Técnica.

**9.3.2** - A nota de cada Licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

**9.3.2.1 -** Se, na avaliação de um quesito ou subquesito, a diferença entre a maior e a menor pontuação for maior que 20% da pontuação máxima do quesito ou subquesito, será aberta discussão entre todos os membros da Subcomissão para apresentação, por seus autores, das justificativas das pontuações “destoantes”. Caso as argumentações não sejam suficientes ao convencimento dos membros da Subcomissão, os autores reavaliarão suas pontuações.

**9.3.2.1.1** Caso os autores das pontuações destoantes não adotem novas pontuações, deverão registrar suas justificativas por escrito em ata, a qual deverá ser assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo da licitação.

**8.4** - **Será desclassificada a Proposta que**:

1. - Não atender às exigências do presente Edital e de seus anexos;
2. - Não alcançar, no total, a nota mínima de sessenta pontos;

**III** - Obtiver nota zero em qualquer um dos quesitos a que se referem o item 8;

**IV** - Que incidir nas disposições no art. 48, da Lei nº 8.666/93.

* 1. - Em caso de empate será considerada como classificada em primeiro lugar a licitante que tiver obtido a maior pontuação, sucessivamente, nos quesitos correspondentes aos subitens 9.2.1 a 9.2.3

* 1. - Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela Comissão Permanente de Licitação, cuja data será divulgada e para o qual serão convidadas todas as licitantes.

* 1. - As propostas técnicas serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por, pelo menos, 3 (três) membros, sendo obrigatório pelo menos 01 (um) membro que tenha formação em alguma área que compreenda comunicação, como por exemplo jornalismo, publicidade, marketing ou administração, cuja grade curricular tenha compreensão de fundamentos de marketing, radiojornalismo, marketing digital, entre outros, preferencialmente, com experiência comprovada.

**9.8**. – A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, e será composta por, pelo menos, 1/3 (um terço) de profissionais que não mantenham nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão ou entidade responsável pela licitação.

* 1. - A relação dos nomes referidos nos §§ 2o e 3o do artigo 10º da Lei 12.232/2010 será **publicada na imprensa oficial e/ou por meio comprovado de ampla e comprovada divulgação**, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

* 1. - Para os fins do cumprimento do disposto na referida Lei, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os §§ 2o, 3o e 4o do artigo 10º da Lei 12.232, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

* 1. - Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na subcomissão técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.
	2. - A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto neste artigo.

* 1. - A sessão pública será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto no § 4o do artigo 10º da lei 12.232/2010 e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

* 1. - O sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da subcomissão técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o órgão ou entidade responsável pela licitação, nos termos dos §§ 1o, 2o e 3o do artigo 10º da Lei 12.232/2010.

* 1. - Será classificada em primeiro lugar, na fase de julgamento das Propostas Técnicas, a Licitante que obtiver a maior pontuação na soma das notas dos quesitos.

* 1. - Em caso de empate, será considerada como classificada em primeiro lugar a Licitante que tiver obtido a maior pontuação, sucessivamente, nos quesitos correspondentes aos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3.

* 1. - Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela Comissão Permanente, cuja data será divulgada na imprensa oficial e/ou outro de ampla e comprovada divulgação.

* 1. - A Comissão de Licitação divulgará o resultado da avaliação das Propostas Técnicas via e-mail ou outro meio de comunicação inequívoca, abrindo-se o **prazo de cinco dias** para interposição de recursos (art. 109, I, “b” da Lei de Licitação).

* 1. - Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, serão marcados data, hora e local da próxima sessão, para abertura do Envelope “4” - “Propostas de Preço”.

# 9 – DA PROPOSTA DE PREÇO

**9.1** - As Propostas de Preços das licitantes classificadas serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

# 10 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

**10.1** - A avaliação das PROPOSTAS DE PREÇO das classificadas tecnicamente se fará com atribuição de um máximo de 100 pontos, obtido conforme a seguir:

**a** - 100 (cem) pontos a proposta que oferecer maior percentual de desconto, incidente sobre os custos internos de produção da agência, apurados em relação aos previstos na “Tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais”, deferindo-se pontos proporcionais às restantes, conforme fórmula a seguir:

P = 100 x VNPDP = **onde:**

 VNMPDP

P = Pontuação

VNPDP = Valor Numérico do Percentual de Desconto Proposto.

VNMPDP = Valor Numérico do Maior Percentual de Desconto Proposto.

**10.2**. **Serão desclassificadas as propostas que**:

**10.2.1**. Não atenderem as disposições contidas neste Edital;

**10.2.2**. Apresentarem valor simbólico, irrisório ou valor zero;

**10.2.3**. Apresentarem valores superiores aos praticados no mercado;

**10.2.4.** Serão desclassificadas licitantes que apresentarem percentual de **desconto inferior a 50% (cinquenta por cento)** sobre os custos internos **ou superiores à 85%** da referida tabela, por serem considerados como valores simbólicos, baseados na tabela de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais.

# 11 – DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

**11.1** - Serão realizadas cinco reuniões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor.

**11.1.1** - A Comissão Permanente de Licitação receberá os 4 (quatro) envelopes integrantes das “Proposta Técnica” e “Proposta de Preços” por meio do representante legal de cada licitante, portando seu documento de identidade juntamente com o credenciamento, colhendo as suas assinaturas na lista de presença.

**11.2** – Após recebidos todos os envelopes de todas as licitantes, eles serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos Licitantes, ou Comissão por eles nomeada. A Comissão Permanente de Licitação apresentará então o envelope nº1, aos representantes das Licitantes, facultando-se aos mesmos o seu exame externo, afim de que observem se existe algo que identifique a empresa licitante, se presente, a Comissão não receberá os demais envelopes da licitante identificada, registrando-se em ata as anotações por acaso existentes.

**11.3 –** Feito isto, será cumprida a seguinte pauta básica:

1. Identificar os representantes das licitantes presentes;
2. Abrir o envelope nº 1, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada e realocados ao respectivo envelope;
3. Abrir o envelope nº 3, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada e realocados ao respectivo envelope;
4. Informar data, hora e local da próxima reunião pública;
5. Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão abertos pela Comissão Permanente de licitação se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante.

**d1)** A Comissão Permanente de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação publicitária.

**d2)** Encerrada a reunião, a Comissão Permanente de Licitação repassará à Subcomissão Técnica, o envelope nº 1 e nº 3 e seus conteúdos, a quem caberá:

**d.2.1)** Análise individualizada e julgamento do plano de comunicação publicitária, desclassificando-se as que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório, observado o disposto no inciso VI do art. 6º da Lei 12.232/2010.

**d.2.2** - Elaboração de ata de julgamento do plano de comunicação publicitária e encaminhamento à Comissão Permanente de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

**d.2.3)** Análise individualizada e julgamento dos quesitos referentes às informações de que trata o art. 8º da Lei 12.232/2010, desclassificando-se as que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório.

**11.5** - Elaboração de ata de julgamento dos quesitos mencionados no item 8 deste edital e encaminhamento à Comissão Permanente de Licitação, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso.

**11.6** - Realização de sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas, com os seguintes procedimentos:

1. Abertura dos envelopes nº 2, com a via identificada do plano de comunicação publicitária;

1. Cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria;

1. Elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica;

1. Proclamação do resultado do julgamento da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

* 1. **-** Publicação do resultado geral do julgamento da proposta técnica, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes, abrindo-se prazo para interposição de recurso, conforme disposto na alínea b do inciso I do [art. 109](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8666_93.html#art109) da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

* 1. – Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, serão marcados data, hora e local para a abertura dos invólucros com as propostas de preços, em sessão pública, obedecendo-se ao disposto no § 2º do art. 46 da Lei 8.666/93.

* 1. - Publicação do resultado do julgamento final das propostas, abrindo-se prazo para interposição de recurso, conforme disposto na alínea b do inciso I do [art. 109](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8666_93.html#art109) da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

* 1. - Convocação dos licitantes classificados no julgamento final das propostas para apresentação dos documentos de habilitação.

* 1. - Recebimento e abertura do invólucro com os documentos de habilitação dos licitantes previstos no inciso XI, parágrafo quarto do artigo 11 da Lei 12.232/2010, em sessão pública, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e no instrumento convocatório.

* 1. - Decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos licitantes previstos no inciso XI deste artigo e abertura do prazo para interposição de recurso, nos termos da alínea a do inciso I do [art. 109](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8666_93.html#art109) da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;

* 1. - Reconhecida a habilitação dos licitantes, na forma dos incisos XI, XII e XIII deste artigo, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado, observado o disposto no § 3º do art. 2º da Lei 12.232/2010.

Art. 12. O descumprimento, por parte de agente do órgão ou entidade responsável pela licitação, dos dispositivos da Lei 12.232/2010 destinados a garantir o julgamento do plano de comunicação publicitária sem o conhecimento de sua autoria, até a abertura dos invólucros de que trata a alínea a do inciso VII do § 4º do art. 11 da Lei retrocitada, implicará a anulação do certame, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa, civil ou criminal dos envolvidos na irregularidade.

# 12 - DA CLASSIFICAÇÃO

**12.1** - O julgamento obedecerá ao critério de Técnica e Preço,nos termos do § 1º, inciso III, do art. 45, da Lei n. 8.666/93, combinado com o § 1º, Inciso I e § 2º, Inciso I e II, do art. 46 da mesma Lei.

**12.2** - A classificação das Licitantes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO, cujo cálculo da Nota Final - NF obedecerá a seguinte fórmula:

NF = (NPT x 8,0) + (NPP x 2,0)onde:

 10

NF = Nota Final.

NPT = Nota da Proposta Técnica.

NPP = Nota da Proposta de Preços.

**12.3** - A classificação das Licitantes far-se-á em ordem decrescente das Notas Finais, sendo declarada vencedora a Empresa que obtiver maior Nota Final.

**12.4** - Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem as condições estipuladas no art. 48, da Lei No 8.666/93.

**12.5** - O critério de desempate nesta Licitação será feito conforme previsto no § 2º, do art. 45, da Lei Nº 8.666/93 e dar-se-á por sorteio, em ato público, para o qual serão convocados todos os concorrentes.

**12.6** – A Comissão Permanente de Licitação deverá comunicar o resultado por qualquer meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da informação pelas licitantes.

**12.7 -** Do resultado, caberão recursos fundamentados, dirigidos à Comissão de Licitação, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da comunicação.

**12.8** – Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgado os recursos interpostos, a Comissão Permanente de Licitação convocará as licitantes classificadas no julgamento final das Propostas, para apresentação do envelope 5, na data, horário e local designados, sob pena de desclassificação se não o fizerem.

**12.9** – No local, data, e horário estabelecidos, a Comissão Especial/Permanente de Licitação, em sessão pública, receberá os envelopes de nº 5 e os abrirá para análise de sua conformidade com as condições estabelecidas neste edital.

**12.10 –** Se os Documentos de Habilitação da licitante classificada em primeiro lugar no julgamento final, atenderem quanto ao exigido, ela será declarada habilitada e, em decorrência, vencedora da licitação.

**12.11** – Caso a primeira classificada no julgamento final seja inabilitada, serão abertos sucessivamente, os envelopes de nº 5 das demais licitantes classificadas, por ordem de classificação, até encontrar aquela que tenha os Documentos de Habilitação satisfatórios e que atendam ao exigido, que será então, declarada vencedora do certame.

**12.12** – A decisão quanto à habilitação ou inabilitação das licitantes deverá ser publicada, abrindo-se prazo para interposição de recurso nos termos do artigo 11, inciso XIII da lei 12.232/2010.

**12.13** – Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido desistência do mesmo, ou ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, o procedimento será homologado e adjudicado o objeto licitado à licitante vencedora, conforme estabelecido no artigo 11, inciso XIV da lei 12.232/2010.

# 13 - DA ADJUDICAÇÃO

**13.1** - Os serviços de publicidade, objeto da presente Licitação, serão adjudicados à primeira classificada.

**13.2** - A Adjudicatária será notificada pela Secretaria de Administração, para no prazo **de até 05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento da Notificação, para apresentar a documentação legal e assinar o Contrato.

**13.2.1** - Este prazo, a requerimento da Adjudicatária e a critério exclusivo da Prefeitura, por razões de interesse público, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período.

**13.3.** - A Adjudicatária, não assinando o Contrato, nem apresentando relevantes razões para não o fazer, sujeitar-se-á às sanções previstas nos artigos. 81 e 86 a 88 da Lei No 8.666/93, e no subitem 20.1.2 alínea "d" deste Edital, assegurada a ampla defesa.

**13.4 –** Fica facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei n. 8.666/93.

# 14 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

**14.1** - Das decisões da Comissão Permanente de Licitação cabe recurso administrativo no prazo **de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da publicação ou da ciência do ato.

**14.2** - Os recursos serão interpostos de acordo com os procedimentos previstos no artigo 109, e parágrafos, da Lei Nº 8.666/93, mediante protocolo na Comissão de Licitação, nos seguintes casos:

1. - Julgamento das propostas;
2. - Anulação ou revogação da Licitação;

C - Habilitação ou inabilitação do licitante.

**14.3** - O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato. Esta, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, poderá retratar-se ou encaminhar o recurso à autoridade competente com as devidas justificações. A autoridade julgará o recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento.

# 15 - DO CONTRATO

**15.1** - O Contrato obedecerá ao modelo constante no Anexo V deste Edital.

**15.2** - Farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição o Edital de Licitação e seus anexos.

**15.3** - A Prefeitura do Município de Pirajuba poderá proceder a alterações contratuais nas condições previstas nos artigos. 58 e 65 da Lei No 8.666/93.

**15.4** - Todas as Ordens de Serviço, notificações e entendimentos entre a Prefeitura e a Contratada serão feitos por escrito nas ocasiões devidas, não sendo aceitas quaisquer considerações verbais.

**15.5** - O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de acordo com o art. 57, II, da Lei 8666/93.

**15.6** – São de exclusiva responsabilidade da Contratada os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, os quais não poderão na hipótese de inadimplência do contrato, serem transferidos à responsabilidade da Prefeitura do Município de Pirajuba.

**15.7** - O Contrato será supervisionado e coordenado pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba.

# 16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**16.1** - Responder pela correção e qualidade dos serviços, ainda que autorizada sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis.

**16.2** - Submeter à Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba os trabalhos a serem executados com os respectivos custos, para autorização e aprovação.

**16.3** - Apresentar plano de avaliação dos resultados, planejamento de mídia e definição do impacto total desejado e de frequência de veiculação necessária de cada campanha.

**16.4** - Indicar, por escrito, um representante para em seu nome coordenar a execução dos serviços, com poderes para deliberar sobre todas as questões relacionadas com o presente Contrato.

**16.5** - Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução dos serviços, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários.

**16.6** - Responsabilizar-se por qualquer infração ao direito de uso de ideias, métodos ou processos legalmente protegidos, respondendo por eventuais indenizações.

**16.7** - Responder por eventuais danos causados à Contratante e a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus prepostos na execução de serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover em seu próprio nome e às suas expensas as medidas jurídicas ou extrajudiciais necessárias.

**16.8** - Transferir para a Contratante os direitos autorais relativos aos produtos de comunicação e outros abrangidos pelo objeto do presente Contrato, inclusive as peças publicitárias, respeitada a legislação pertinente;

**16.9** - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes ao pessoal responsável pela execução dos serviços, despesas com deslocamentos, equipamentos e quaisquer outras que incidam sobre o objeto do contrato, que não constem do preço proposto.

**16.10** - Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da Licitação, sob a supervisão e coordenação da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba.

**16.11** - Subsidiar o Município com as informações necessárias à publicação, trimestral, do montante das despesas com publicidade, pagas ou contratadas naquele período, com a empresa contratada, conforme a Constituição de Minas Gerais (art. 17, parágrafo único).

**16.12** - Não será permitido dar em garantia ou vincular, de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado a qualquer pessoa física ou jurídica sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Pirajuba.

**16.13** - Adquirir bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, somente através de pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas junto à CONTRATANTE.

**16.14** – Na aquisição de bens ou serviços citados no item anterior, proceder à coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da CONTRATANTE, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato, salvo quando o fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na [alínea *a* do inciso II do art. 23 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art23iia)

**16.15** - Para bens e serviços de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do art. 23 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, a contratação deverá seguir as seguintes regras:

1. A CONTRATADA deverá efetuar estimativa de preços para todos os serviços realizados por terceiros, submetendo ao CONTRATANTE, no mínimo, 3 (três) propostas detalhadas, com a indicação da mais adequada à sua execução;
2. A estimativa de preços deverá ser efetuada somente com fornecedores cadastrados na Prefeitura Municipal de Pirajuba, entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido;
3. As propostas devem ser apresentadas no original, em papel timbrado, com a indicação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados), bem como a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;
4. Juntamente com as propostas deverão ser apresentados comprovantes de regularidade fiscal e previdenciária das empresas;
5. Na impossibilidade de obtenção de três orçamentos, deverá ser apresentada justificativa, por escrito, que será submetida à aprovação da CONTRATANTE;
6. Recebidas as propostas, será realizada aferição da compatibilidade dos preços orçados com aqueles praticados pelo mercado;
7. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos pelo CONTRATANTE;
8. Deverão ser submetidos à aprovação prévia do CONTRATANTE todo e qualquer custo que ultrapasse o orçamento aprovado.

* 1. – Para bens e serviços cujo valor seja superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do art. 23 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA observará as alíneas “b” a “h” do item anterior, e procederá a coleta dos orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública convocada e realizada sob a fiscalização da CONTRATANTE.

* 1. – Apresentar à CONTRATANTE os custos e as despesas de veiculação para pagamento devidamente acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível.

* 1. – Manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas para a CONTRATANTE, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato.

* 1. – Em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados. A infração ao disposto neste item, implicará na aplicação das sanções previstas no *caput* do artigo 87 da Lei 8.66/93.

# 17 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**17.1** - Compete à Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Municípiode Pirajuba expedir as autorizações de serviços à Contratada, receber, conferir e atestar as Notas Fiscais/Faturas referentes aos serviços prestados e encaminhá-los ao setor competente da Prefeitura para fins de pagamento, cumprindo as formalidades legais e contratuais.

**17.2** - Para fins de interpretação da legislação de regência, valores correspondentes ao desconto padrão de agência pela concepção, execução e distribuição de propaganda, por ordem e conta de clientes anunciantes, constituem receita da agência de publicidade e, em consequência, o veículo de divulgação não pode, para quaisquer fins, faturar e contabilizar tais valores como receita própria, inclusive quando o repasse do desconto padrão à agência de publicidade for efetivado por meio de veículo de divulgação.

**17.3** - É facultativa a concessão de planos de incentivo por veículo de divulgação e sua aceitação por agência de propaganda, e os frutos deles resultantes constituem, para todos os fins de direito, receita própria da agência.

# 18 - DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

**18.1 -** A Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito caberá acompanhar, fiscalizar, receber e atestar a qualidade dos serviços executados pela Contratada.

**18.2** - A Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba fará avaliação permanente da Contratada a cada trabalho concluído, antes da autorização para execução de novo serviço;

**18.3** - A operacionalização dos serviços por parte da contratada sujeitar-se-á às seguintes condições:

1. - Recebimento de Ordem de Serviço específica, emitida pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba, com base na solicitação do Órgão ou Entidade da Administração;

1. - O custo de serviços de criação e arte, além de outros dependerá de avaliação prévia e de aprovação pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba, em conformidade com a “Tabela do Sindicato de Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais” e a proposta da Contratada;

**b.1** - O custo dos serviços de veiculação e aqueles não previstos na Tabela do Sindicato estarão sujeitos à avaliação prévia e aprovação da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, após comprovação de que o mesmo está de acordo com os preços praticados no mercado;

1. - A Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba poderá manter serviço de aferição de custos para avaliar os preços praticados.

# 19 - DO RECEBIMENTO DOS TRABALHOS

**19.1** - Os projetos ou atividades concluídas serão recebidos, pela Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, juntamente com o Órgão ou Entidade da Administração para a qual foi prestado o serviço, ficando a Contratada responsável por qualquer ajuste que se fizer necessário aos trabalhos.

**19.2** - O objeto do Contrato será recebido nos termos do Inciso I, alínea b, do art. 73 da Lei Nº 8.666/93.

# 20 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

**20.1** - Poderá ocorrer a rescisão do Contrato, a ser celebrado em virtude do resultado da presente Licitação, nos termos dos Artigos 77 a 80 da Lei No 8.666/93.

**20.2** - Configurada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir da data de sua comunicação à Contratada, esta se obriga expressamente, a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza.

**20.3** - Havendo rescisão do Contrato, a Prefeitura do Município de Pirajuba pagará à Contratada os trabalhos efetivamente realizados e aceitos pela Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito deduzindo do seu valor, os débitos apurados a favor da Prefeitura.

# 21 - DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

**21.1** - Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste instrumento, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas nos Seções I e II, do Capítulo IV, da Lei Nº 8.666/93, artigos. 81 e 86 a 88, a critério da autoridade competente, na seguinte forma:

**21.1.1** – Advertência.

**21.1.2** - Multa, nas seguintes condições:

**a** - 0,05% (cinco centésimos por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, incluindo-se os aditamentos, por dia que exceder a data de conclusão de cada etapa dos serviços conforme previsto na Ordem de Serviço específica;

**b** - 5,0% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, incluídos os aditamentos, no caso de desobediência de ordens escritas ou infringências de qualquer cláusula ou condição contratual para a qual não esteja prevista multa especial ou, ainda, no caso de reincidência de atraso especificado na alínea anterior;

**c** - 5,0% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, incluídos os aditamentos, na hipótese da sua rescisão por motivo imputado à Contratada;

**d -** 5,0% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese da recusa injustificada em assinar o contrato.

**21.1.3** - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**21.1.4** - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

**21.1.4.1** - Para o caso de declaração de inidoneidade, é competente o Secretário Municipal de Administração, nos termos do inciso IV, § 3º, do art. 87 da Lei No 8.666/93.

**21.2** - Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

# 22 - DO PAGAMENTO

**22.1** - A remuneração à contratada, pelos serviços prestados, será feita nos termos da minuta do contrato, consoante as condições estabelecidas em sua Proposta de Preços.

**22.2** - O pagamento somente será liberado mediante a apresentação pela Contratada da respectiva Fatura e Nota Fiscal e comprovação de sua regular situação fiscal.

# 23 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

**23.1** - Homologada a licitação e adjudicado o seu objeto à licitante vencedoraserá convocada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prestar garantia à execução.

**23.2** - O valor da garantia à execução corresponderá a 1% (um por cento) do valor inicial do contrato e cobrirá o prazo contratual de execução do serviço até o seu recebimento definitivo e ainda ser prorrogada sua vigência, na hipótese de ocorrer prorrogação do prazo contratual.

**23.3** - A garantia à execução poderá ser prestada em qualquer uma das modalidades previstas no parágrafo primeiro do artigo 56 da Lei 8.666/93. Caso a licitante vencedora do certame opte por formalizá-la em espécie, deverá depositar a referida importância em conta a ser fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças, através de guia própria de arrecadação retirada junto ao setor de tesouraria da Prefeitura. Caso a licitante vencedorado certame opte por formalizá-la em outra modalidade, deverá depositá-la na Tesouraria do Município, no horário de 12 às 17 horas, que emitirá o respectivo recibo.

**23.4** - O Seguro Garantia ou Fiança Bancária, deverão conter, para fins do dispositivo no art. 56, no mínimo os seguintes requisitos:

1. Compromisso de pagar ao Município de Pirajuba, mediante simples notificação por escrito, o valor da multa imposta à contratada em razão da aplicação de penalidades prevista no Edital, no contrato ou na legislação vigente, até o limite da importância do Termo de Garantia;

1. Manutenção da obrigação, independentemente de qualquer alteração das condições contratadas, renunciando, expressamente, a qualquer condição que importe sua desobrigação enquanto durar o compromisso;

1. Compromisso de efetuar o pagamento da importância referida no item 23.2., no prazo de 48 horas a contar do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da notificação do Município;

1. Compromisso de renovar a garantia ou fiança bancária se for o caso, devendo permanecer vigente até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório dos serviços pelo Município.

* 1. - A garantia prestada responderá por eventuais multas aplicadas à contratada, podendo ser retida para a satisfação de perdas e danos resultantes de inadimplemento ou de ação ou omissão dolosa ou culposa da contratada.

* 1. - Não ocorrendo o disposto no item anterior, a garantia será liberada ou restituída à contratada após a execução do contrato.

# 24 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**24.1** - A Comissão Permanente de Licitação, com base no § 3º do art. 43, da Lei No 8.666/93, poderá determinar diligência, sempre que necessária destinada a complementar a instrução do processo.

**24.2** - Decairá do direito de impugnar os termos do Edital perante a Administração, o licitante que não o fizer até o 5º (quinto) dia útil que anteceder a data de abertura da Licitação.

**24.3** - Não caberá ao Licitante qualquer indenização, por eventual insucesso na Licitação.

**24.4** - A execução do objeto da Licitação será detalhada em Ordens de Serviços específicas, tendo a Contratada obrigação de manter a Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito informada de todos os dados referentes aos serviços em execução e já executados.

**24.5** - O Licitante vencedor deverá, antes da assinatura do Contrato, apresentar as certidões relativas à sua regularidade fiscal, com validade na mesma data, em original e mais uma cópia, que será autenticada pela Secretaria Municipal de Administração para constar do processo, condições essas que deverão permanecer durante todo período contratual.

**24.6** - Constatada qualquer inveracidade nas informações prestadas pela Licitante, serão aplicadas as penalidades legais.

**24.7** - Os casos omissos e não previstos neste Edital, serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação designada para o acompanhamento deste certame.

**24.8** - A Prefeitura Municipal de Pirajuba, sempre mediante despacho escrito e devidamente fundamentado, deverá anular a presente Licitação por ilegalidade e, desde que fundada razão de interesse público, poderá:

**24.8.1** - Adiar a abertura das propostas, dando conhecimento aos interessados por informação inequívoca, com a antecedência de, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada.

**24.8.2** - Revogar, no todo em parte, a presente Licitação com base em fato superveniente devidamente comprovado, disto dando ciência aos interessados, mediante informação inequívoca.

**24.8.3** - Alterar, até a data da sessão pública de recebimento dos envelopes, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta Licitação, desde que seja fixado novo prazo, não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações, salvo se estas, inquestionavelmente não afetarem a formulação das propostas.

**24.9** - **Integram este Edital os seguintes anexos**:

1. Anexo I: Carta de Credenciamento;
2. Anexo II: Modelo de Declaração de Aceitação das Condições
3. Anexo III: Modelo de Proposta de Preços;
4. Anexo IV: Briefing;
5. Anexo V: Minuta do Contrato;
6. Anexo VI: Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos.

**Pirajuba, 11 DE MAIO DE 2021**

.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Diogo Quintiliano de Oliveira**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**ANEXO I**

# MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO

Local..........., \_\_\_/\_\_\_/2021

À

Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura do Município de Pirajuba

REF: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2021

Prezados Senhores:

Apresentamos o Senhor ..........................................portador do documento de identidade nº.................e do CPF nº....................................... para representar esta Empresa na sessão de abertura dos envelopes de PROPOSTAS da Licitação na modalidade Concorrência Nº 002/2021

– Processo Administrativo Nº 011/2021 e demais reuniões destinadas à “Contratação de empresa de publicidade e propaganda para prestação de serviços aos órgãos da administração direta e indireta do município de Pirajuba, o qual está autorizado e apto a apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentos de habilitação e de propostas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recurso, renunciar a recurso interposto e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Nome e assinatura de representante legal da empresa

Nome e endereço da empresa

CNPJ

## *OBSERVAÇÕES: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, devidamente preenchido com as informações pertinentes e em papel timbrado da Empresa, caso a pessoa credenciada não faça parte do quadro de sócios da empresa o credenciamento deverá ser assinado pelo proprietário e reconhecido firmar em cartório ou assinado com certificado digital e servirá como credenciamento e procuração.*

**ANEXO** II

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕESDE LICITAÇÃO E SUBMISSÃO AS DISPOSIÇÕES LEGAIS

REF: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2021

Declaramos que estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital de Licitação na modalidade Concorrência Nº 002/2021 – Processo Administrativo Nº 011/2021, destinada à “Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade aos órgãos da administração direta e indireta do município de Pirajubae que nos submeteremos às disposições regulamentares e legais sobre a Licitação, especialmente o § 1º, do art. 37, da Constituição da República de 1988, a Lei no 8.666/93, a Lei 12.232/2010 e pelas normas que regem a atividade de Publicidade e Propaganda.

Declaramos, ainda, que nos responsabilizamos pela autenticidade e veracidade dos documentos e informações apresentados para a presente Licitação.

Local.........., \_\_\_/\_\_\_/2021.

Nome e assinatura do representante legal da empresa

Nome e Endereço da Empresa

CNPJ

**OBSERVAÇÃO:** *Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, devidamente preenchido com as informações pertinentes e em papel timbrado da empresa.*

**ANEXO III**

# MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local..........., \_\_\_/\_\_\_/2021.

À

Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura do Município de Pirajuba

REF: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2021

Prezados Senhores,

Encaminhamos a V.Sas. nossa proposta para a prestação de serviços de publicidade aos órgãos da administração direta e indireta do município de Pirajuba, objeto da Licitação na modalidade Concorrência Nº 002/2021 – Processo Administrativo Nº 011/2021, tipo Técnica e Preço.

O percentual de desconto proposto é de \_\_\_\_\_\_\_% (\_\_\_\_\_\_\_), incidente sobre os custos internos de criação da Agência, apurados em relação à “Tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais”.

O custo dos serviços de veiculação e todos aqueles não previstos na Tabela do Sindicato estarão sujeitos a avaliação prévia e aprovação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, após comprovação de que os mesmos estão de acordo com os preços praticados no mercado.

O prazo de validade da Proposta é de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) dias, contados a partir da data de entrega dos envelopes.

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Endereço e CNPJ da Empresa

**OBSERVAÇÃO:** *Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra, devidamente preenchido com as informações pertinentes e em papel timbrado da empresa.*

**ANEXO IV**

**BRIEFING**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE PIRAJUBA**

# 1-INTRODUÇÃO

Considerando que a propaganda institucional deve ser concebida como o conjunto de técnicas e ferramentas capazes de informar e orientar a população em geral sobre os diversos serviços ofertados pela Administração Municipal, tendo em conta que “***a publicidade dos atos, programas, obras, serviços, e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.***” (Constituição Federal, Art. 37: 1º).

# 2-ESPECIFICAÇÕES

São serviços de publicidade, para fins deste briefing, aqueles com conteúdo informativo, educativo ou de orientação social, destinados a informar o público, promover divulgação de serviços de publicidade legal, institucional ou promocional de ações ou serviços prestados pelo município à população, através dos diversos meios de comunicação, bem como o planejamento, concepção, execução, de acordo com a política de comunicação adotada pelo Departamento de Administração.

Os serviços prestados devem se pautar pelos princípios constitucionais, orientando-se pela divulgação dos atos, programas, serviços e campanha do município que estiverem em consonância com o caráter:

1. ***EDUCATIVO,*** *que versem, a exemplo, do esclarecimento sobre diversos programas dos governos Municipal, Estadual e Federal, posto que sirvam à educação, formação ou aprimoramento da consciência comunitária.*

1. ***DE ORIENTAÇÃO,*** *ao buscar orientar ou conscientizar a população acerca de ações, fatos, valores e/ou benefícios convergentes com a realidade do Município de Pirajuba e que sejam relevantes para a comunidade, por exemplo: prevenção de contágio pela COVID-19, aspectos relativos ao seu tratamento ou recuperação, entre outros.*
2. ***INFORMATIVO,*** *quando a finalidade for a de informar à comunidade, tendo o objetivo único de levar ao conhecimento público ações da prefeitura, como por exemplo os diversos programas sociais e a forma de ter acesso a eles; orientações sobre as mudanças realizadas pelos órgãos públicos e as suas formas de acesso que foram impactadas em função da pandemia; entre outros.*

# 3-PROBLEMA DE COMUNICAÇÃO

Tratando-se, especificamente desse período, em que o assunto mais relevante em todo mundo é a pandemia do Coronavírus, a necessidade do órgão público de se comunicar com a comunidade é grande. Além dos aspectos informativos, pelo meio dos quais é levado à população aspectos relevantes da condução da administração dentro da esfera municipal, também existem vários outros aspectos relevantes nesse contexto.

Dentro dessa questão, objetiva-se interagir com a comunidade na pretensão de amenizar os efeitos que o excesso de informações “extraoficiais” causa, alentando em muitos casos o descumprimento de normas sanitárias, a desinformação e podendo também impactar em aspectos psicológicos.

# 4-OBJETIVO DA COMUNICAÇÃO

O objetivo dessa campanha é, considerando as características de comunicação da cidade e da região, entregar uma mensagem que oriente, motive, cative ou informe a população acerca dos desafios ocasionados pela pandemia do coronavírus.

Com escolha de peças, formatos e mídias que, dentro do contexto e da legalidade de comunicação pertinente aos órgãos públicos possa gerar um efeito positivo utilizando para tal o seguinte tema:

***TEMA :*** *Os impactos econômicos e sociais que a pandemia tem causado na sociedade;*

**5 - ORIENTAÇÕES GERAIS**

Embora não existam restrições quando ao tipo, quantidade, diretrizes de criação e formas de disseminação de mídia, é importante que a proponente considere as limitações de veículos da cidade, oferecendo em seu projeto argumentações que expliquem a eficácia de cada item, assim como a justificativa das mesmas para o sucesso da proposta apresentada.

***6 - OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES***

Deverão ser apresentadas pelas empresas concorrentes o número máximo de 5 peças que poderão ser desdobradas perfazendo kits de mídia. Como exemplo, caso o propoente considere em sua proposta a utilização de posts para redes sociais ele poderá apresentar até 5 variações dentro do segmento de mídia em questão, perfazendo do conjunto de posts uma peça única. Para ser considerado um kit as peças precisam ser derivações, mantendo o conceito base e o partido temático, contendo variações de textos, fotos e até outros elementos, possibilitando melhor embasamento da proposta no que tange a variações dentro da mesma temática. ***Não serão consideradas variações ou kits peças que:***

*I – Figurem entre veículos diferentes;*

*II – Não compartilhem do mesmo partido temático (conceito);*

*III – Sejam produzidos por fornecedores diferentes para sua execução;*

*IV – Apresentem linhas visuais divergentes e que configurem propostas múltiplas.*

Se houver propostas de mídias televisivas e de áudio, as mesmas deverão ser apresentadas por meio de *storyboard* e roteiros impressos. ***O orçamento máximo que poderá ser utilizado para o projeto é de até R$ 12.000,00.***

**Diogo Quintiliano de Oliveira**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

# ANEXO V

# MINUTA DO CONTRATO

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o Município de Pirajuba, CNPJ nº 18.428.847/0001-37, com sede na Praça José Moisés Miziara Sobrinho, nº.10,Centro, representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na pessoa de seu titular, doravante denominada CONTRATANTE, com a interveniência do Chefe de Gabinete do Prefeito, na pessoa de seu titular, Senhor \_\_\_\_\_\_\_, daqui para frente denominada CONTRATADA, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

# CLÁUSULA PRIMEIRA - DA REGÊNCIA

1.1 - O presente contrato tem por fundamento a Licitação realizada em \_\_/\_\_\_/2021, na modalidade de Concorrência Nº 002/2021 – Processo Administrativo Nº 011/2021**,** tipo **Técnica e Preço,** cujo Edital e Anexos, o integram, independentemente de transcrição.

**1.2** - O presente Contrato será regido em total conformidade com a legislação pertinente, em especial pelo § 1º, do art. 37, da Constituição da República e pela Lei Nº 8.666/93, com as alterações posteriores, pela Lei 12.232/2010, pelas cláusulas e condições deste Edital e seus anexos e, ainda, pelas normas que regem a atividade de publicidade e propaganda, em especial a Lei Nº 4.680, de 18.06.65, o Decreto Federal Nº 57.690, de 01/02/66.

# CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

**2.1** - O objeto do presente é a Contratação de empresa de publicidade e propaganda para prestação de serviços profissionais de publicidade aos órgãos da administração direta e indireta do município de Pirajuba.

**2.1.1 -** São usuários dos serviços objeto deste contrato os órgãos e entidades municipais da Administração Direta e Indireta;

**2.2.2 -** Os serviços executados pela CONTRATADA serão de acordo com as orientações expedidas pela Assessoria de Comunicação Social, subordinada ao Gabinete do Prefeito do Município de Pirajuba, a quem compete a definição dos mesmos.

# CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**3.1** - As despesas decorrentes da execução do presente Contrato em 2021 correrão à conta das dotações orçamentárias específicas do orçamento do Município de Pirajuba:

**3.2** - Para os exercícios subsequentes, correrão à conta das Dotações Orçamentárias próprias.

# CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**4.1** - Responder pela correção e qualidade dos serviços, ainda que autorizada sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

**4.2** - Submeter à Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura do Município de Pirajuba os trabalhos a serem executados com os respectivos custos, para autorização e aprovação;

**4.3** - Apresentar planejamento de mídia e definição do impacto total desejado;

**4.4 -** Indicar, por escrito, um representante para em seu nome coordenar a execução dos serviços, com poderes para deliberar sobre todas as questões relacionadas com o presente contrato;

**4.5** - Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução dos serviços, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários;

**4.6** - Responsabilizar-se por qualquer infração ao direito de uso de idéias, métodos ou processos legalmente protegidos, respondendo por eventuais indenizações;

**4.7** - Responder por eventuais danos causados à Contratante e a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus prepostos na execução de serviços contratados, cumprindo-lhe, quando envolvidos terceiros, promover em seu próprio nome e às suas expensas as medidas jurídicas ou extrajudiciais necessárias;

**4.8** - Transferir para a Contratante os direitos autorais relativos aos produtos comunicação e outros abrangidos pelo objeto do presente Contrato, inclusive as peças publicitárias, respeitadas a legislação pertinente;

**4.9** - Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes ao pessoal responsável pela execução dos serviços, despesas com deslocamentos, equipamentos e quaisquer outras que incidam sobre o objeto do contrato, que não constem do preço proposto.

**4.10**- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da Licitação, sob a supervisão e coordenação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura.

**4.11** – Apresentar junto com a primeira nota fiscal/fatura cópia do comprovante de que prestou a garantia contratual no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do presente contrato, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei Nº. 8.666/93.

**4.12** – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações ora assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.13** – Adquirir bens ou serviços especializados relacionados com as atividades complementares da execução do objeto do contrato, somente através de pessoas físicas ou jurídicas previamente cadastradas junto à CONTRATANTE.

**4.14** – Na aquisição de bens ou serviços citados no item anterior, proceder á coleta de orçamentos de fornecedores em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública, convocada e realizada sob fiscalização da CONTRATANTE, sempre que o fornecimento de bens ou serviços tiver valor superior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor global do contrato, salvo quando o fornecimento de bens ou serviços de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na [alínea *a* do inciso II do art. 23 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm#art23iia)

**4.15** - Para bens e serviços de valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do art. 23 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, a contratação deverá seguir as seguintes regras:

1. A CONTRATADA deverá efetuar estimativa de preços para todos os serviços realizados por terceiros, submetendo ao CONTRATANTE, no mínimo, 3 (três) propostas detalhadas, com a indicação da mais adequada à sua execução;
2. A estimativa de preços deverá ser efetuada somente com fornecedores cadastrados na Prefeitura Municipal de Pirajuba, entre pessoas que atuem no mercado do ramo do fornecimento pretendido;
3. As propostas devem ser apresentadas no original, em papel timbrado, com a indicação completa do fornecedor (nome, CNPJ ou CPF, endereço, telefone, entre outros dados), bem como a identificação completa (nome, RG e CPF) e assinatura do responsável;
4. Juntamente com as propostas deverão ser apresentados comprovantes de regularidade fiscal e previdenciária das empresas;
5. Na impossibilidade de obtenção de três orçamentos, deverá ser apresentada justificativa, por escrito, que será submetida à aprovação da CONTRATANTE;
6. Recebidas as propostas, será realizada aferição da compatibilidade dos preços orçados com aqueles praticados pelo mercado;
7. A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas ou perda de descontos pelo CONTRATANTE;
8. Deverão ser submetidos à aprovação prévia do CONTRATANTE todo e qualquer custo que ultrapasse o orçamento aprovado.

* 1. – Para bens e serviços cujo valor seja superior a 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea “a” do inciso II do art. 23 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, a CONTRATADA observará as alíneas “b” a “h” do item anterior, e procederá a coleta dos orçamentos em envelopes fechados, que serão abertos em sessão pública convocada e realizada sob a fiscalização da CONTRATANTE.
	2. – Apresentar à CONTRATANTE os custos e as despesas de veiculação para pagamento devidamente acompanhados da demonstração do valor devido ao veículo, de sua tabela de preços, da descrição dos descontos negociados e dos pedidos de inserção correspondentes, bem como de relatório de checagem de veiculação, a cargo de empresa independente, sempre que possível.
	3. – Manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas para a CONTRATANTE, durante o período de, no mínimo, 5 (cinco) anos após a extinção do contrato.
	4. – Em nenhum caso, sobrepor os planos de incentivo aos interesses da CONTRATANTE, preterindo veículos de divulgação que não os concedam ou priorizando os que os ofereçam, devendo sempre conduzir-se na orientação da escolha desses veículos de acordo com pesquisas e dados técnicos comprovados. A infração ao disposto neste item, implicará na aplicação das sanções previstas no *caput* do artigo 87 da Lei 8.66/93.

# CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cabe à Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de Pirajuba, expedir as autorizações de serviços à Contratada, receber, conferir e atestar as Notas Fiscais/Faturas referentes aos serviços prestados e encaminhá-los ao setor competente da Prefeitura para fins de pagamento, cumprindo as formalidades legais e contratuais.

# CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO DO CONTRATO

**6.1** - Compete à Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, expedir as autorizações de serviços à “CONTRATADA”, receber, conferir e atestar as Notas Fiscais/Faturas referentes aos serviços prestados e encaminhá-los ao setor competente desta Prefeitura Municipal, para fins de pagamento, cumprindo as formalidades legais. Compete, ainda, ao órgão supracitado, zelar pelo fiel cumprimento do contrato.

**6.2** - À Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de Pirajuba caberá acompanhar, fiscalizar, receber e atestar a qualidade dos serviços executados pela Contratada.

**6.3** - A Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura fará avaliação permanente da Contratada a cada trabalho concluído, antes da autorização para execução de novo serviço.

**6.4** - A operacionalização dos Serviços pela contratada sujeitar-se-á às seguintes condições:

**6.4.1** - Recebimento de Ordem de Serviço específica, emitida pela Assessoria de Comunicação Social, com base na solicitação do Órgão ou Entidade da Administração.

**6.4.2** - O custo de serviços de criação e arte, além de outros dependerá de avaliação prévia e de aprovação pela Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, em conformidade com a “Tabela do Sindicato de Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais” e a proposta da

Contratada.

**6.4.2.1** - O custo dos serviços de veiculação e todos aqueles não previstos na Tabela do

Sindicato estarão sujeitos a avaliação prévia e aprovação da Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, após comprovação de que, o mesmo, está de acordo com os preços praticados no mercado;

**6.4.3** - A Assessoria de Comunicação Social poderá manter serviço de aferição de custos para avaliar os preços praticados.

# CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO

**7.1**. A remuneração da Contratada se dará na forma das disposições legais aplicáveis à espécie (Lei 4.680/65 e Decreto Federal 57.690/66), obedecido o desconto concedido na sua proposta de preço e, ainda, o seguinte:

**7.1.1** – Pelo percentual de % ( por cento) de desconto incidente sobre os valores constantes da Tabela de Preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Minas Gerais, em vigor à época da prestação dos serviços.

**7.1.2** - Pelo “desconto padrão de agência” de 20% (vinte por cento) sobre as veiculações efetivadas, incidente sobre o valor da mídia efetivamente negociada, pago à Agência a ser contratada, pelos Veículos de Comunicação.

**7.1.3** - Pela taxa de 15% (quinze por cento) sobre custos de produção realizada tecnicamente por terceiros, fornecedores de bens e/ou serviços decorrentes do estudo ou de criação intelectual da Agência contratada.

**7.2** - Poderão ser ajustados entre as partes, tomando-se como referência as tabelas das entidades de classe, os honorários dos serviços especiais que envolvam pesquisas de opinião, e outras atividades de terceiros permitidas neste Edital.

**7.3** – Pertencerão à CONTRATANTE as vantagens obtidas em negociação de compra de mídia diretamente ou por intermédio de agência de propaganda, incluídos os eventuais descontos e as bonificações na forma de tempo, espaço ou reaplicações que tenham sido concedidos pelo veículo de divulgação, com exceção dos frutos resultantes dos planos de incentivo concedidos por veículos de divulgação à CONTRATADA.

# CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

**8.1-** Os documentos de cobrança da Contratada, compostos de uma via da Nota Fiscal-Fatura ou de Fatura com a respectiva Nota Fiscal, e uma via do documento fiscal do fornecedor com o comprovante do respectivo serviço, serão liquidados, salvo em casos prévia e expressamente autorizados pela Contratante, mediante crédito na conta corrente nº............... mantida pela Contratada junto à agência ......................, do Banco ......................, da seguinte forma:

**8.2** Veiculação: mediante apresentação dos documentos de cobrança, tabelas de preços dos veículos e respectivos comprovantes de veiculação, em até trinta dias após o mês de veiculação; **8.3** Produção: mediante apresentação dos documentos de cobrança, demonstrativos de despesas, e respectivos comprovantes, em até trinta dias após o mês de produção;

**8.3.1** Outros serviços realizados por terceiros: mediante a entrega dos serviços solicitados, dos documentos de cobrança e respectivos comprovantes, nos prazos ajustados com o Contratante por ocasião da solicitação de cada serviço;

**8.4** Os documentos de cobrança e demais documentos necessários ao reembolso de despesas deverão ser encaminhados ao endereço da Contratante, com antecedência mínima de dez dias da data do vencimento, dos quais deverão constar a citação ao contrato nº ....../2014 e a manifestação de aceitação;

**8.5** Nenhuma despesa será liquidada ou paga sem a efetiva comprovação da execução dos serviços a cargo da Contratada ou de seus fornecedores e subcontratados;

**8.6** No tocante à veiculação, a Contratada fica obrigada a apresentar, os seguintes comprovantes:

**8.6.1** Para TV, Cinema e Rádio:

1. Nas praças cobertas por serviço de checagem: relatório de checagem emitido

por empresa terceirizada;

1. Nas praças não cobertas por serviços de checagem:

**b1)** Comprovante de veiculação emitido eletronicamente pela empresa que realizou a veiculação;

ou

**b2)** Declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, firmada pela empresa que realizou a veiculação, da qual devem constar, pelo menos, as seguintes informações: razão social e CNPJ da empresa, nome completo, CPF e assinatura do responsável pela declaração, nome do programa, dia e horário da veiculação.

**8.7 -** Mídia Exterior: relatório de checagem com fotos, emitidos por empresas terceirizadas, ou fotos das peças, fornecidas pelas empresas exibidoras, com identificação do local de exibição, em ambos os casos;

* + 1. Internet: relatório de gerenciamento fornecido pelas empresas que veicularam as peças;
		2. Mídia impressa: exemplares originais dos títulos;
	1. Trimestralmente a Contratada deverá apresentar Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social - CND, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida por órgãos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e certidões negativas de débitos expedidas por órgãos das Secretarias de Fazenda do Estado e do Município;
	2. Caso se constate erro ou irregularidade na documentação de cobrança, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida;
	3. Na hipótese de devolução, a documentação será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;
	4. No caso de eventual falta de pagamento pela Contratante nos prazos previstos, o valor devido será corrigido financeiramente, mediante solicitação expressa da Contratada, desde o dia de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas;
	5. A Contratante não pagará nenhum acréscimo por atraso de pagamento decorrente de fornecimento de serviços, por parte da Contratada, com ausência total ou parcial da documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato;
	6. A Contratante não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras;
	7. Os pagamentos a terceiros por serviços prestados, incluídos os de veiculação, serão efetuados, pela Contratada, imediatamente após a compensação bancária dos pagamentos feitos pela Contratante;
	8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazos de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;
	9. A Contratada apresentará à Contratante um relatório com datas e valores dos pagamentos realizados a terceiros, até o dia 10 do mês subsequente.

# CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Para garantia do fiel das obrigações, a **CONTRATADA** oferece às **CONTRATANTES**, a garantia descrita nesta Cláusula, no valor de **R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)** correspondente a 1% (um por cento) do Valor Total deste Contrato, na modalidade de \_\_\_\_\_\_\_.

# CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado, conforme exigência da Lei No 8.666/93, e suas alterações.

# CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Prefeitura do Município de Pirajuba poderá proceder a alterações contratuais nas condições previstas nos artigos. 58 e 65 da Lei No 8.666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INTERRUPÇÕES DO CONTRATO

Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos termos do Código Civil, a Contratada se obriga a comunicar, por escrito, à Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura, a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação. **PARÁGRAFO ÚNICO.** Findos os motivos que determinaram a força maior ou caso fortuito, o Contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto do art. 57 da Lei Nº 8.666/93.

# CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS TOLERÂNCIAS CONTRATUAIS

Qualquer tolerância por parte da Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma, ser exigida a qualquer tempo.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período nos termos da Lei, se houver interesse das partes.

# CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

**15.1** - Poderá ocorrer a rescisão do Contrato, a ser celebrado em virtude do resultado da presente licitação, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei No 8.666/93; 15.2 - Configurada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir da data de sua comunicação à Contratada, esta se obriga expressamente, a entregar os serviços inteiramente desembaraçados, não criando obstáculos de qualquer natureza;

**15.3** - Havendo rescisão do Contrato, a Prefeitura do Município de Pirajuba pagará à Contratada os trabalhos efetivamente realizados e aceitos pela Assessoria de Comunicação Social deduzindo do seu valor, os débitos apurados a favor da Prefeitura.

# CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

**16.1** - Em caso de descumprimento das obrigações contraídas neste instrumento, a Contratada ficará sujeita às penalidades previstas nos Seções I e II, do Capítulo IV, da Lei No 8.666/93, artigos 81 e 86 a 88, a critério da autoridade competente, na seguinte forma:

**16.1.1** – Advertência;

**16.1.2** - Multa, nas seguintes condições:

**16.1.2.1** - 0,05% (cinco centésimos por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, incluindo-se os aditamentos, por dia que exceder a data de conclusão de cada etapa dos serviços conforme previsto na Ordem de Serviço específica;

**16.1.2.2** - 5,0% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, incluídos os aditamentos, no caso de desobediência de ordens escritas ou infringências de qualquer cláusula ou condição contratual para a qual não esteja prevista multa especial ou, ainda, no caso de reincidência de atraso especificado na alínea anterior;

**16.1.2.3** - 5,0% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, incluídos os aditamentos, na hipótese da sua rescisão por motivo imputado à Contratada;

**16.1.2.4** - 5,0% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do Contrato, na hipótese da recusa injustificada em assinar o contrato;

**16.1.3** - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura por prazo não superior a 02 (dois) anos;

**16.1.4** - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**16.1.4.1** - Para o caso de declaração de inidoneidade, é competente ao Senhor Secretário Municipal de Administração, nos termos do inciso IV, § 3o do art. 87 da Lei No 8.666/93.

**16.2** - Em qualquer caso, garantir-se-á à Contratada a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos por acordo entre as partes e/ou pela legislação aplicável.

# CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

O foro para dirimir dúvidas oriundas deste contrato é o da Comarca de Conceição das Alagoas/MG, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, assinam este Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e valor, na presença das testemunhas abaixo, para fins de direito.

Pirajuba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2021

***MUNICIPIO DE PIRAJUBA 18.428.847/0001-37***

***EMPRESA CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL CNPJ***

**TESTEMUNHAS:**

1) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nome: Nome:

 CPF: CPF:

# ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO

REF: CONCORRÊNCIA Nº 002/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2021

Local............., \_\_\_/\_\_\_/2014

À

Comissão Permanente de Licitação

Prefeitura do Município de Pirajuba

# D E C L A R A Ç Ã O

Em cumprimento às determinações da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, DECLARAMOS, para fins de participação na Concorrência acima, que:

1. Nossa empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública, Direta e Indireta;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera;
3. Não existe fato impeditivo à nossa habilitação;
4. Não possuímos entre nossos proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
5. Não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesseis) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/88.

Por ser expressão da verdade, eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal desta empresa, firmo a presente.

Local e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

## Nome da Licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura do Representante Legal \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_